



**Bandeprev**

# RELATÓRIO ANUAL 2013



## APRESENTAÇÃO

---

A divulgação do Relatório Anual é um compromisso firmado com nossos Assistidos, Participantes e Patrocinadores, além de ser determinação de ordem legal.

Neste documento, procuramos sempre demonstrar, de modo transparente e esclarecedor, as informações financeiras, previdenciárias e administrativas da BANDEPREV - Bandepe Previdência Social e de seus Planos de Benefícios e de Gestão Administrativa.

Sendo assim, relacionaremos a seguir os principais eventos relativos ao exercício 2013:

1 – Os Planos de Benefícios Administrados pela BANDEPREV fecharam o exercício 2013 todos superavitários, conforme Parecer Atuarial elaborado pela empresa de Consultoria MERCER Human Resource Consulting. (vide páginas 56, 61 e 65);

Fato este que se repete desde o exercício 1999.

Informações mais detalhadas no capítulo referente às Demonstrações Contábeis. (vide página 30)

2 - Diante das dificuldades no cenário macroeconômico no exercício 2013, os resultados obtidos com os investimentos dos Planos administrados pela Bandeprev, apresentaram resultados abaixo das metas estipuladas;

No caso dos Planos de Benefícios em relação às metas atuariais e no caso do Plano de Gestão Administrativa em relação a sua meta de desempenho.

Este fato não deve preocupar, por trata-se de uma situação pontual e os compromissos são de longo prazo, onde os mencionados Planos vêm ultrapassando as suas metas nos últimos 10 anos.

Tema que será mais detalhado no capítulo relativo aos investimentos. (vide página 13)

3 - Em 2013 a BANDEPREV continuou aperfeiçoando seu sistema de gestão de riscos, com o objetivo de manter-se permanentemente comprometida com as melhores práticas de governança corporativa. Assim, foram implantadas na área de Controles Internos e Riscos, novas ferramentas, relativas ao Gerenciamento dos Eventos de Riscos, as quais tornam nosso trabalho mais eficiente, como também atendem recomendações do nosso órgão fiscalizador, Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, quanto aos controles internos mantidos nesta Entidade;

4 - O Relatório Anual 2013 encontra-se no site da BANDEPREV ([www.bandeprev.com.br](http://www.bandeprev.com.br)), onde pode ser acessado, como também foi encaminhado dentro do prazo legal a todos os assistidos, participantes e patrocinadores;

5 - Aprovado pela PREVIC em 15 de abril de 2013, à proposta alteração no Regulamento do Plano Especial nº 1 de Aposentadoria Suplementar, com relação a inclusão de um capítulo específico para disciplinar à destinação e utilização da reserva especial (vide página 70);

6 - Gestão de Tecnologia - A área de tecnologia (TI) da BANDEPREV, continua desenvolvendo inúmeros procedimentos internos, para o seu adequado funcionamento, medidas estas que, além de sustentar as operações e garantir a sua continuidade, reduzem riscos, resultando em avanços que refletem positivamente no contexto global da Entidade;

7 – Nesse item atualizamos as informações constantes nos Relatórios de 2009, 2010, 2011 e 2012, relativamente ao processo administrativo nº 4400003024/2006-90 instaurado pela PREVIC, encarregada dentre outras atribuições, de fiscalizar as entidades fechadas de previdência complementar, fruto de denúncia de um Participante;

7.1 - Em decorrência do processo administrativo acima referido, onde é questionado o procedimento adotado pela Bandeprev, quando da unificação patrimonial dos grupos G0, G1 e G2 do Plano Básico, ocorrida no ano de 2002. Os membros do Conselho Deliberativo e da Diretoria Executiva que exerciam mandatos no referido ano de 2002, foram autuados.

7.2 - O referido Auto de Infração foi julgado procedente pela Diretoria Colegiada da PREVIC. Os autuados recorreram a Câmara de Recursos da Previdência Complementar – CRPC, última instância administrativa.

7.3 - Em novembro de 2012 o Auto de Infração foi anulado à unanimidade pelos membros da Câmara de Recursos da Previdência Complementar – CRPC, última instância administrativa.

7.4 - Importante lembrar que o Projeto de Unificação Patrimonial referido foi fruto de procedimento conjunto das Entidades que representam os Assistidos e Participantes da BANDEPREV e dos Pa-

trocinadores, sendo em seguida aprovado pela SPC – Secretaria de Previdência Complementar, atual PREVIC.

- 7.5 - Determinado pela PREVIC, como consequência também do processo acima, através do ofício nº 119/SPC/DEFIS/CGFD/ESPE de dezembro de 2009, cujos efeitos estavam suspensos enquanto o Auto de Infração não fosse a julgamento, a apresentação pela BANDEPREV de um plano de ação para desfazer a unificação patrimonial dos Grupos GO/G1 do Grupo G2.
- 7.6 - Para atender a determinação da PREVIC, a BANDEPREV: i) contratou a empresa de consultoria MERCER HUMAN RESOURCE CONSULTING, para apurar os patrimônios segregados dos Grupos GO/G1 e G2; e, ii) apresentou à PREVIC, que concordou, com o Plano de Ação antes mencionado, cuja conclusão estaria prevista para janeiro de 2014.
- 7.7 - Sobre o processo administrativo nº 44.000.003043/2009- 69, que trata, repita-se, da segregação dos Grupos GO/G1 e Grupo G2 do Plano Básico, instaurado pela PREVIC, informamos que:
- No mês de dezembro/2013, dando cumprimento à Etapa 2 do Plano de Ação, foram concluídos os trabalhos de avaliação atuarial para definição dos impactos da segregação patrimonial entre os Grupos GO/G1 e G2 do Plano Básico de Benefícios administrado pela Bandeprev;
  - Os resultados constatados demonstraram impactos financeiros severos para os referidos Grupos GO/G1, concluindo o Colegiado desta Entidade que, seria absolutamente imprescindível, antes de efetivar a segregação anteriormente determinada pela Previc, a apresentação dos resultados desta avaliação atuarial à Diretoria Executiva da Previc, com sede em Brasília, objetivando que revisitassem o assunto frente aos resultados atuariais obtidos;
  - Assim, dia 12 de dezembro estivemos em audiência na sede da Previc em Brasília, sendo a Bandeprev representada pelos seus Diretores, Isolda Jardelino e Evandro Couceiro, o Patrocinador, Banco Santander Brasil S/A, pela Superintendente Executiva Maria Cristina Carvalho, e representantes da Consultoria Atuarial Mercer, representada pelo Diretor Eduardo Correa, a Advogada Dra. Ana Maria Martin e a Atuária Luciana Dalcanale;
  - A reunião foi presidida pelo Diretor Superintendente da Previc, Dr. José Maria Rabelo, com a participação dos Diretores, Drs. José Roberto Ferreira, Sérgio Djundi Taniguchi e Mauricio de Aguirre Nakata, ocasião em que a equipe técnica da Mercer realizou minuciosa exposição do mencionado estudo técnico e os seus impactos financeiros para o Plano Básico de Benefícios composto dos Grupos GO/G1 e G2;
  - Naquela oportunidade foi a Bandeprev orientada a reapresentar o referido material técnico ao Escritório Regional, localizado no Recife, o que foi feito no dia 20 de dezembro, como também protocolado expediente contendo relato sobre o desenvolvimento de todo trabalho realizado;
  - No dia 08/01/2014 recebemos a resposta do Escritório Regional da Previc, por meio do Ofício nº 01/2014/ERPE/PREVIC, reiterando a determinação anterior (Ofício nº 119/SPC/DEFIS/CGFD/ESPE, de 11/12/2009), qual seja, que fosse promovida a segregação dos Grupos GO/G1 e G2 do Plano Básico, mesmo reconhecendo a relevância e gravidade das informações prestadas pela Bandeprev;
  - Apesar de, em princípio, termos que cumprir a determinação indicada pela PREVIC, conforme o disposto no pronunciamento de 08/01/2014, a BANDEPREV apresentou pedido de reconsideração/recurso junto a PREVIC, em sua sede em Brasília, por meio de correspondência datada de 22/01/2014.

Finalmente, registramos que, no dia 17 de março de 2014, esta Entidade recebeu Mandado de Citação/Intimação extraídos dos autos do processo nº 0804355019.2013.4.05.8300, Ação Ordinária movida pela Associação dos Funcionários Aposentados do Bandepe – Asfabe, em face da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Social, Banco Santander S/A e Bandeprev, em tramitação no Juízo da Primeira Vara Federal de Pernambuco, como também de decisão liminar proferida pela Exma. Sra. Desembargadora Margarida Cantarelli, nos autos do Recurso de Agravo de Instrumento – processo nº. 0800812-42.2014.4.05.0000, nos seguintes termos:

“...determinar que os agravados se abstenham de promover a desunificação do Plano Básico da Bandeprev até decisão judicial posterior em sentido contrário”.

Dessa forma, a Entidade procedeu comunicação à Diretoria Executiva e ao Escritório Regional da PREVIC, dando conhecimento da decisão judicial a qual veio suspender as ações internas relativas ao cumprimento do Plano de Ação, determinado pelo ofício PREVIC de nº 119/SPC/DEFIS/CGFD/ESPE, recebido na Bandeprev em dezembro de 2009, como também dos demais expedientes subsequentes.



## SUMÁRIO

---

GESTÃO PREVIDENCIAL	7
GESTÃO ADMINISTRATIVA	9
GESTÃO INVESTIMENTOS	13
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	30
PARECER ATUARIAL	53
PARECER DA DIRETORIA	67
PARECER DO CONSELHO FISCAL	67
PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO	67
DEMANDAS JUDICIAIS	68
ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO DO PLANO ESPECIAL Nº 1	70



## *Bandeprev - Bandepe Previdência Social*

## I - GESTÃO PREVIDENCIAL

Ressaltamos que as hipóteses atuariais devem ser definidas considerando-se as projeções de longo prazo das variáveis analisadas, sendo que para essas projeções, considera-se a massa de participante, o desenho do plano de benefícios e as expectativas econômicas e biométricas.

Cumprido destacar que, no final de novembro de 2011, o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), com base na expectativa de queda de taxa de juros da economia brasileira, decidiu reduzir em 0,25 ponto percentual ao ano, a partir de 2013 e até o ano de 2018, o limite máximo do juro da meta atuarial dos fundos de pensão, que até 2012 era de 6% ao ano. Com essa medida, em 2018 a taxa máxima atuarial permitida pelo órgão regulador será de 4,5% ao ano.

Em 2013, em atendimento a Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28/03/2006 e Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/12/2012, foi elaborado pela Mercer estudo técnico de aderência das hipóteses, adequação da hipótese de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamentos de benefícios.

As principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração do patrimônio social em 2013 sofreram as alterações a seguir, comparadas com as utilizadas no exercício de 2012, conforme recomendado no citado estudo técnico elaborado pela Mercer. No Plano Básico: Tábua de mortalidade geral de AT-2000 segregada por gênero para AT-2000 feminina suavizada em 10%; Tábua de entrada em invalidez, de Light Média, agravada em 4 anos para Light Média sem agravamento; Rotatividade passou a considerar apenas o tempo de serviço acumulado no patrocinador independente do nível salarial, por meio da seguinte formulação:  $0,30/(\text{tempo de serviço em anos} + 1)$ .

Com relação à Taxa Real Anual de Juros, o estudo técnico referido, concluiu que o Plano Básico poderia adotar uma taxa de juros de até 5,70% a.a. para o encerramento do exercício 2013, entretanto considerando que o plano já adotava a taxa de desconto de 5% a.a. nas avaliações atuariais de encerramento de exercícios anteriores, o Conselho Deliberativo da Entidade decidiu manter esta taxa de 5% a.a., com o objetivo de conferir uma posição mais conservadora para as provisões matemáticas do plano.

O mesmo estudo, em relação aos Planos Especiais 1 e 2 de Aposentadoria Suplementar, concluiu pela manutenção das hipóteses atuariais, incluindo a Taxa Real Anual de Juros de 4%, utilizada na avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2012, situação que foi homologada pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

Em 15 de abril de 2013, foi aprovada pela PREVIC proposta de alteração no Regulamento do Plano Especial nº 1 de Aposentadoria Suplementar, com a finalidade principal de incluir um capítulo específico para disciplinar à destinação e utilização da reserva especial.

### 1 - COMPOSIÇÃO PREVIDENCIAL

<b>PLANO BÁSICO</b>	<b>Dezembro - 2013</b>	<b>Dezembro - 2012</b>
<b>Discriminação</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Quantidade</b>
<b>1. Assistidos</b>	<b>1.833</b>	<b>1.808</b>
<b>1.1 Aposentadorias</b>	<b>1.415</b>	<b>1.393</b>
1.1.1 Tempo de Contribuição	1.235	1.210
1.1.2 Idade	7	9
1.1.3 Invalidez	165	166
1.1.4 Especial	8	8
<b>1.2 Pensionista</b>	<b>302</b>	<b>292</b>
<b>1.3 Auxílio Doença</b>	<b>116</b>	<b>123</b>
<b>2. Participantes Ativos</b>	<b>191</b>	<b>213</b>
<b>3. Participantes Autopatrocinados</b>	<b>23</b>	<b>34</b>
<b>4. Participantes em BPD*</b>	<b>16</b>	<b>18</b>
<b>5. Participantes Demitidos**</b>	<b>4</b>	<b>8</b>
<b>Total</b>	<b>2.067</b>	<b>2.081</b>

\* Benefício Proporcional Diferido

\*\* Aguardando definição situação da opção dos institutos (BPD, Autopatrocinados, Saque de Reserva e Portabilidade)

<b>PLANO ESPECIAL 1</b>	<b>Dezembro - 2013</b>	<b>Dezembro - 2012</b>
<b>Discriminação</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Quantidade</b>
<b>1. Assistidos</b>	<b>3</b>	<b>3</b>
<b>1.1 Aposentadorias</b>	<b>3</b>	<b>3</b>
1.1.1 Tempo de Contribuição	3	3
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>3</b>



<b>PLANO ESPECIAL 2</b>	<b>Dezembro - 2013</b>	<b>Dezembro - 2012</b>
<b>Discriminação</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Quantidade</b>
<b>1. Assistidos</b>	<b>19</b>	<b>20</b>
<b>1.1 Aposentadorias</b>	<b>19</b>	<b>20</b>
1.1.1 Tempo de Contribuição	19	20
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>20</b>

**2 - DEMONSTRATIVOS DOS PAGAMENTOS DOS BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA E PRESTAÇÃO ÚNICA POR PLANOS DE BENEFÍCIOS**

<b>PLANO BÁSICO - Prestação Continuada</b>	<b>Dezembro - 2013</b>	<b>Dezembro - 2012</b>
<b>Discriminação</b>	<b>Valor R\$ Mil</b>	<b>Valor R\$ Mil</b>
<b>1. Assistidos</b>	<b>91.048</b>	<b>85.955</b>
<b>1.1 Aposentadorias</b>	<b>78.758</b>	<b>74.641</b>
1.1.1 Tempo de Contribuição	73.113	69.230
1.1.2 Idade	217	233
1.1.3 Invalidez	5.134	4.897
1.1.4 Especial	295	281
<b>1.2 Pensionista</b>	<b>9.299</b>	<b>8.369</b>
<b>1.3 Benefício Proporcional Diferido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>1.4 Auxílio Doença</b>	<b>2.990</b>	<b>2.944</b>

<b>PLANO ESPECIAL 1 - Prestação Continuada</b>	<b>Dezembro - 2013</b>	<b>Dezembro - 2012</b>
<b>Discriminação</b>	<b>Valor R\$ Mil</b>	<b>Valor R\$ Mil</b>
<b>1. Assistidos</b>	<b>264</b>	<b>249</b>
<b>1.1 Aposentadorias</b>	<b>264</b>	<b>249</b>
1.1.1 Tempo de Contribuição	264	249

<b>PLANO ESPECIAL 2 - Prestação Continuada</b>	<b>Dezembro - 2013</b>	<b>Dezembro - 2012</b>
<b>Discriminação</b>	<b>Valor R\$ Mil</b>	<b>Valor R\$ Mil</b>
<b>1. Assistidos</b>	<b>829</b>	<b>786</b>
<b>1.1 Aposentadorias</b>	<b>829</b>	<b>786</b>
1.1.1 Tempo de Contribuição	829	786

<b>PLANO BÁSICO - Prestação Única</b>	<b>Dezembro - 2013</b>	<b>Dezembro - 2012</b>
<b>Discriminação</b>	<b>Valor R\$ Mil</b>	<b>Valor R\$ Mil</b>
<b>1. Reserva de Poupança</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>2. Pecúlio Por Morte</b>	<b>568</b>	<b>376</b>
<b>Total</b>	<b>568</b>	<b>377</b>

<b>PLANO ESPECIAL 1 - Prestação Única</b>	<b>Dezembro - 2013</b>	<b>Dezembro - 2012</b>
<b>Discriminação</b>	<b>Valor R\$ Mil</b>	<b>Valor R\$ Mil</b>
<b>1. Abono Extraordinário à Participante</b>	<b>93</b>	<b>-</b>
<b>2. Reversão Fundo Previdencial à Patrocinadora</b>	<b>391</b>	<b>362</b>
<b>Total</b>	<b>484</b>	<b>362</b>

## II - GESTÃO ADMINISTRATIVA

Em 2013, visando o aperfeiçoamento e qualificação dos seus funcionários, a BANDEPREV manteve a sua política de desenvolvimento de pessoal, realizando vários seminários, treinamentos, participação nos encontros dos profissionais de investimentos, contabilidade, recursos humanos e benefícios e bem como a participação dos coordenadores nas comissões técnicas regional Nordeste (investimentos, contábil e benefícios).

Ao final de 2013, a BANDEPREV contava com 18 funcionários.

Neste relatório podemos verificar:

- No item 1 – demonstração do plano de gestão administrativa – Plano Básico;
- No item 2 – demonstração do plano de gestão administrativa – Plano Especial nº 1;
- No item 3 – demonstração do plano de gestão administrativa – Plano Especial nº 2.
- No item 4 – demonstrações das despesas com pessoal e encargos, serviços de terceiros e viagens e estadias por planos de benefícios.

### 1 - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PLANO BÁSICO

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>51.918</b>	<b>49.188</b>	<b>5,55</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>3.477</b>	<b>7.418</b>	<b>-53,13</b>
<b>1.1 Receitas</b>	<b>3.477</b>	<b>7.418</b>	<b>-53,13</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	90	95	-5,26
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.968	1.831	7,48
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	25	19	31,58
Resultado Positivo dos Investimentos	1.208	5.299	-77,20
Reversão de Contingências	-	65	-100,00
Outras Receitas	186	109	70,64
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>5.769</b>	<b>4.688</b>	<b>23,06</b>
<b>2.1 Administração Previdencial</b>	<b>3.801</b>	<b>2.829</b>	<b>34,36</b>
Pessoal e encargos	1.841	1.212	51,90
Treinamentos/congressos e seminários	24	17	41,18
Viagens e estadias	29	15	93,33
Serviços de terceiros	1.097	867	26,53
Despesas gerais	766	691	10,85
Depreciações e amortizações	37	23	60,87
Contingências	-	-	-
Outras despesas	7	4	75,00
<b>2.2 Administração dos Investimentos</b>	<b>1.968</b>	<b>1.859</b>	<b>5,86</b>
Pessoal e encargos	1.128	977	15,46
Treinamentos/congressos e seminários	13	13	0,00
Viagens e estadias	26	20	30,00
Serviços de terceiros	388	313	23,96
Despesas gerais	387	517	-25,15
Depreciações e amortizações	18	17	5,88
Contingências	5	-	100,00
Outras despesas	3	2	50,00
<b>4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)</b>	<b>(2.292)</b>	<b>2.730</b>	<b>-183,96</b>
<b>5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)</b>	<b>(2.292)</b>	<b>2.730</b>	<b>-183,96</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)</b>	<b>49.626</b>	<b>51.918</b>	<b>-4,41</b>



**2 - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PLANO ESPECIAL 1**

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>174</b>	<b>187</b>	<b>-6,95</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>13</b>	<b>32</b>	<b>-59,38</b>
<b>1.1 Receitas</b>	<b>13</b>	<b>32</b>	<b>-59,38</b>
Custeio Administrativo dos Investimentos	8	9	-11,11
Resultado Positivo dos Investimentos	5	23	-78,26
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>23</b>	<b>45</b>	<b>-48,89</b>
<b>2.1 Administração Previdencial</b>	<b>15</b>	<b>38</b>	<b>-60,53</b>
Pessoal e encargos	8	6	33,33
Treinamentos/congressos e seminários	-	-	-
Viagens e estadias	-	-	-
Serviços de terceiros	4	29	-86,21
Despesas gerais	3	3	0,00
Depreciações e amortizações	-	-	-
Contingências	-	-	-
Outras despesas	-	-	-
<b>2.2 Administração dos Investimentos</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>14,29</b>
Pessoal e encargos	5	4	25,00
Treinamentos/congressos e seminários	-	-	-
Viagens e estadias	-	-	-
Serviços de terceiros	2	1	100,00
Despesas gerais	1	2	-50,00
Depreciações e amortizações	-	-	-
Contingências	-	-	-
Outras despesas	-	-	-
<b>4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)</b>	<b>(10)</b>	<b>(13)</b>	<b>-23,08</b>
<b>5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)</b>	<b>(10)</b>	<b>(13)</b>	<b>-23,08</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)</b>	<b>164</b>	<b>174</b>	<b>-5,75</b>

### 3 - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PLANO ESPECIAL 2

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>962</b>	<b>876</b>	<b>9,82</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>41</b>	<b>124</b>	<b>-66,94</b>
<b>1.1 Receitas</b>	<b>41</b>	<b>124</b>	<b>-66,94</b>
Custeio Administrativo dos Investimentos	16	16	0,00
Resultado Positivo dos Investimentos	25	108	-76,85
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>62</b>	<b>38</b>	<b>63,16</b>
<b>2.1 Administração Previdencial</b>	<b>46</b>	<b>21</b>	<b>119,05</b>
Pessoal e encargos	14	10	40,00
Treinamentos/congressos e seminários	-	-	-
Viagens e estadias	-	-	-
Serviços de terceiros	24	4	500,00
Despesas gerais	8	7	14,29
Depreciações e amortizações	-	-	-
Contingências	-	-	-
Outras despesas	-	-	-
<b>2.2 Administração dos Investimentos</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	<b>-5,88</b>
Pessoal e encargos	9	8	12,50
Treinamentos/congressos e seminários	-	-	-
Viagens e estadias	-	-	-
Serviços de terceiros	3	3	0,00
Despesas gerais	4	6	-33,33
Depreciações e amortizações	-	-	-
Contingências	-	-	-
Outras despesas	-	-	-
<b>4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)</b>	<b>(21)</b>	<b>86</b>	<b>-124,42</b>
<b>5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)</b>	<b>(21)</b>	<b>86</b>	<b>-124,42</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)</b>	<b>941</b>	<b>962</b>	<b>-2,18</b>

#### 4 - DEMONSTRAÇÕES DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS, SERVIÇOS DE TERCEIROS E VIAGENS E ESTADIAS

##### 4.1 - DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS

	Plano Básico	Especial 1	Especial 2	Total
Conselheiros	459.094,49	1.941,95	3.611,58	464.648,02
Dirigentes	1.106.076,45	4.567,90	8.507,42	1.119.151,77
Pessoal Próprio	1.349.055,96	5.680,12	10.553,14	1.365.289,22
Estagiários	54.889,23	227,58	421,60	55.538,41
<b>Total</b>	<b>2.969.116,13</b>	<b>12.417,55</b>	<b>23.093,74</b>	<b>3.004.627,42</b>

##### 4.2 - DESPESAS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS

	Plano Básico	Especial 1	Especial 2	Total
Consultoria Contábil	71.732,03	304,02	564,78	72.600,83
Consultoria Atuarial	447.238,71	914,90	19.174,98	467.328,59
Consultoria Jurídica	129.746,38	365,73	682,55	130.794,66
Informática	584.954,96	2.490,68	4.619,17	592.064,81
Auditoria Contábil	75.742,27	318,88	593,56	76.654,71
Consultoria dos Investimentos	125.336,95	510,68	950,43	126.798,06
Auditoria Investimentos	37.865,48	159,42	296,72	38.321,62
<b>Total</b>	<b>1.472.616,78</b>	<b>5.064,31</b>	<b>26.882,19</b>	<b>1.504.563,28</b>

##### 4.3 - DESPESAS COM VIAGENS E ESTADIAS

	Plano Básico	Especial 1	Especial 2	Total
Conselheiros	15.529,51	63,72	121,96	15.715,19
Dirigentes	26.700,95	106,44	201,70	27.009,09
Pessoal Próprio	12.281,36	49,64	93,58	12.424,58
<b>Total</b>	<b>54.511,82</b>	<b>219,80</b>	<b>417,24</b>	<b>55.148,86</b>

Observação: No exercício de 2013, não foram observadas outras despesas que tenham superado 10% das despesas administrativas totais da Entidade.

### III - INVESTIMENTOS – UMA ANÁLISE SOBRE O CENÁRIO DE 2013 E EXPECTATIVA PARA 2014

---

O Ano de 2013 foi atípico, fatores externos e internos, a seguir melhor detalhados, fizeram o último exercício mais um desafiador para os Fundos de Pensão.

No Brasil o ano de 2013 fechou marcado pelas frustrações dos principais indicadores econômicos. A produção industrial oscilou bastante, alternando entre bons e maus meses e as vendas desaqueceram. A balança comercial registrou o pior resultado dos últimos 12 anos e, no final do ano, o desequilíbrio fiscal assustou o mercado financeiro, com o governo tendo de recorrer a receitas extraordinárias para cumprir a meta. O mercado de trabalho, porém, apresentou desempenho positivo com desemprego permanecendo nos níveis mais baixos da história. O IBOVESPA fechou negativo em 15,5%.

Os Fundos de Pensão do país encerraram 2013 com rentabilidade média de 0,86%, segundo levantamento da consultoria MERCER (publicada no dia 20/02/14). Este foi o pior resultado da série histórica apurada pela instituição desde 2001.

De acordo com o referido levantamento, o desempenho de 2013 foi pressionado pelas carteiras de renda variável e também pelo baixo desempenho dos ativos de renda fixa, que apresentaram ganhos de apenas 1,69%.

Alguns outros levantamentos efetuados pelo mercado, em virtude de diferença na base utilizada, indicam uma rentabilidade média inferior aos 0,86%.

Na Europa a atividade econômica do bloco segue mostrando recuperação, mas ainda em ritmo lento.

Nos Estados Unidos, o Banco Central Americano (FED) mostrou-se bastante cauteloso ao anunciar que irá iniciar a redução dos estímulos a partir do primeiro trimestre de 2014. Os dados animadores da economia em dezembro têm criado um sentimento otimista no mercado para os EUA.

Na Ásia, o mercado Chinês continua com preços muito elevados deixando o governo preocupado de ter uma bolha no setor. O Banco central deve continuar ajustando a liquidez injetada no mercado o que deve desacelerar ainda mais a economia durante o ano. A política monetária agressiva adotada pelo Banco Japonês no último ano, teve uma queda de efetividade no final de 2013, mas deve se manter inalterada por um período prolongado.

No caso específico dos Planos administrados pela BANDEPREV, tivemos situações diferentes, tendo em vista as características da Política de Investimentos de cada Plano.

Os Planos Especiais 1 e 2 que só aplicam no segmento de renda fixa, fecharam o exercício 2013 com uma rentabilidade de 2,48%, que representa 25,31% da meta esperada. (Meta atuarial = INPC + 4% a.a.).

Mesmo percentual de rentabilidade do Plano de Gestão Administrativa, que também alcançou 25,31% de sua meta esperada (Meta de desempenho = INPC + 4% a.a.).

O Plano Básico de Benefício, que tem uma carteira de ativos, em função da característica de sua massa de participantes e dos seus compromissos de prazos mais longos, diversificada, com recursos aplicados em renda variável, renda fixa, imóveis, empréstimos a participantes e estruturados, fechou 2013 com uma rentabilidade 9,11%, atingindo 83,96% da meta esperada. (Meta atuarial = INPC + 5% a.a.).

Os números acima estão bem acima da média do mercado, conforme resultados de levantamentos referidos, especialmente no caso do Plano Básico, que mesmo em um ano extremamente difícil para os Fundos de Pensão, chegou bem próximo de sua meta atuarial.

Ainda é importante registrar que, conforme citado na Apresentação deste Relatório, os investimentos dos Planos de Benefícios, tem como característica resultado no longo prazo.

Apenas como referência, nos últimos dez anos os Planos de Benefícios registraram rentabilidades acumuladas acima das metas atuariais.

A Bandeprev desde 2010 vem fazendo o seu “dever de casa” para enfrentar o cenário adverso, contratou a consultoria Mercer para realizar um estudo denominado ALM, com a finalidade de identificar os investimentos adequados as característica dos planos de benefícios que administra.

A partir de 2011 tiveram início as mudanças:

No caso do Plano Básico, dentre outras ações: foram adquiridos Títulos Públicos Federais, NTN-b, com taxas de juros superiores a meta atuarial e vencimento para 2050; diversificados os investimentos em renda variável, sem aumentar o volume alocado; aplicado recurso no segmento denominado de Estruturado; e alterada a estratégia do Fundo denominado abreviadamente Bandeprev, fundo este que hoje só aplica recursos do Plano Básico.



Em relação aos Planos Especiais nº 1 e nº 2 e o PGA, foi criado um Fundo exclusivo, denominado aqui abreviadamente Fundo Apolo e adotou-se uma nova estratégia na alocação dos ativos que compõem o referido fundo.

Para 2014 teremos que trabalhar ativamente para obter bons resultados, uma vez que diante de um ano de eleição presidencial e copa do mundo o cenário de incertezas quando ao crescimento da economia será mantido.

Para melhor entendimento, apresentamos resumos das Políticas de Investimentos também no Relatório Anual. Mantenha-se informado sobre a rentabilidade do seu plano nos informativos disponibilizados pela Bandeprev.

Neste relatório podemos verificar:

- No item 1 – composição dos recursos dos planos administrados pela Bandeprev;
- No item 2 – recursos com gestão terceirizada e interna;
- No item 3 – rentabilidades líquidas/brutas por planos e segmentos no ano de 2013;
- No item 4 – o enquadramento dos investimentos com a legislação vigente e políticas de investimentos de cada plano no ano 2013;
- No item 5 – demonstramos através da figura “árvore de investimentos” como estão alocados os investimentos por planos;
- No item 6 – principais despesas com custos de gestão das carteiras de investimentos dos planos;
- No item 7 – relatórios resumos das políticas de investimentos dos planos de benefícios e administrativo para o exercício 2014.

## 1 - COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS DOS PLANOS ADMINISTRADOS PELA BANDEPREV

PLANO DE BENEFÍCIOS SEGMENTOS	Dezembro - 2013		Dezembro - 2012	
	R\$ MIL	Alocação (%)	R\$ MIL	Alocação (%)
<b>Plano Básico</b>				
<b>1. Disponível (A)</b>	<b>30</b>	<b>0,00</b>	<b>18</b>	<b>0,00</b>
<b>2. Programa de Investimentos (B)</b>	<b>1.408.100</b>	<b>100,02</b>	<b>1.374.140</b>	<b>100,04</b>
<b>2.1 Renda Fixa</b>	<b>1.243.348</b>	<b>88,32</b>	<b>1.206.056</b>	<b>87,80</b>
2.1.1 Santander FI Bandeprev Multimercado Crédito Privado	219.830	15,62	204.399	14,88
2.1.2 Santander FI Recife Renda Fixa	666.176	47,32	627.031	45,65
2.1.3 Títulos Securitizados	357.342	25,38	374.626	27,27
<b>2.2 Investimentos Estruturados</b>	<b>9.948</b>	<b>0,71</b>	<b>17.591</b>	<b>1,28</b>
2.2.1 Santander Agências FI Imobiliário	2.715	0,20	3.000	0,22
2.2.2 Santander FI Capital Protegido Inst. Multimercado	7.233	0,51	14.591	1,06
<b>2.3 Renda Variável</b>	<b>100.792</b>	<b>7,16</b>	<b>112.852</b>	<b>8,22</b>
2.3.1 Santander FICFI Olinda Ações	100.791	7,16	112.851	8,22
2.3.2 Ações	1	0,00	1	0,00
<b>2.4 Imóveis</b>	<b>28.760</b>	<b>2,04</b>	<b>14.407</b>	<b>1,05</b>
<b>2.5 Empréstimo</b>	<b>25.249</b>	<b>1,79</b>	<b>23.235</b>	<b>1,69</b>
<b>2.6 Outros Realizáveis</b>	<b>3</b>	<b>0,00</b>	-	-
<b>3. Exigível Contingencial - Investimentos (C)</b>	-	-	-	-
<b>4. Exigível Operacional - Investimentos (D)</b>	<b>(382)</b>	<b>-0,02</b>	<b>(504)</b>	<b>-0,04</b>
<b>Total Recurso Garantidor ( A + B + C + D )</b>	<b>1.407.748</b>	<b>100,00</b>	<b>1.373.654</b>	<b>100,00</b>

PLANO DE BENEFÍCIOS SEGMENTOS	Dezembro - 2013		Dezembro - 2012	
	R\$ MIL	Alocação (%)	R\$ MIL	Alocação (%)
<b>Plano Especial 1</b>				
<b>1. Disponível (A)</b>	-	-	1	0,02
<b>2. Programa de Investimentos (B)</b>	5.559	100,02	6.176	100,02
<b>2.1 Renda Fixa</b>	5.559	100,02	6.176	100,02
2.1.1 Santander FI Bandeprev Multimercado Crédito Privado	-	-	6.176	100,02
2.1.2 Santander FI Apolo Multimercado Crédito Privado	5.559	100,02	-	-
<b>2.2 Outros Realizáveis</b>	-	-	-	-
<b>3. Exigível Contingencial - Investimentos (C)</b>	-	-	-	-
<b>4. Exigível Operacional - Investimentos (D)</b>	(2)	-0,02	(2)	-0,04
<b>Total Recurso Garantidor ( A + B + C + D )</b>	<b>5.558</b>	<b>100,00</b>	<b>6.175</b>	<b>100,00</b>

PLANO DE BENEFÍCIOS SEGMENTOS	Dezembro - 2013		Dezembro - 2012	
	R\$ MIL	Alocação (%)	R\$ MIL	Alocação (%)
<b>Plano Especial 2</b>				
<b>1. Disponível (A)</b>	-	-	1	0,01
<b>2. Programa de Investimentos (B)</b>	10.582	100,02	11.177	100,03
<b>2.1 Renda Fixa</b>	10.581	100,01	11.174	100,01
2.1.1 Santander FI Bandeprev Multimercado Crédito Privado	-	-	11.174	100,01
2.1.2 Santander FI Apolo Multimercado Crédito Privado	10.581	100,01	-	-
<b>2.2 Outros Realizáveis</b>	1	0,01	3	0,02
<b>3. Exigível Contingencial - Investimentos (C)</b>	-	-	-	-
<b>4. Exigível Operacional - Investimentos (D)</b>	(2)	-0,02	(5)	-0,04
<b>Total Recurso Garantidor ( A + B + C + D )</b>	<b>10.580</b>	<b>100,00</b>	<b>11.173</b>	<b>100,00</b>

PLANO DE GESTÃO SEGMENTOS	Dezembro - 2013		Dezembro - 2012	
	R\$ MIL	Alocação (%)	R\$ MIL	Alocação (%)
<b>Plano de Gestão Administrativa</b>				
<b>1. Disponível (A)</b>	4	0,01	7	0,01
<b>2. Programa de Investimentos (B)</b>	49.949	99,99	52.091	99,99
<b>2.1 Renda Fixa</b>	49.949	99,99	52.091	99,99
2.1.1 Santander FI Bandeprev Multimercado Crédito Privado	-	-	52.091	99,99
2.1.2 Santander FI Apolo Multimercado Crédito Privado	49.949	99,99	-	-
<b>2.2 Outros Realizáveis</b>	-	-	-	-
<b>3. Exigível Contingencial - Investimentos (C)</b>	-	-	-	-
<b>4. Exigível Operacional - Investimentos (D)</b>	-	-	-	-
<b>Total Recurso Garantidor ( A + B + C + D )</b>	<b>49.953</b>	<b>100,00</b>	<b>52.098</b>	<b>100,00</b>

## 2 - RECURSOS COM GESTÃO TERCEIRIZADA E INTERNA

PLANO DE BENEFÍCIOS	Dezembro - 2013	
	R\$ MIL	Alocação (%)
<b>Plano Básico</b>		
<b>1. Total Investimentos</b>	<b>1.408.097</b>	<b>100,00</b>
<b>1.1 Recursos Gestão Terceirizada</b>	<b>1.354.087</b>	<b>96,16</b>
1.1.1 Asset SANTANDER	1.354.087	96,16
<b>1.2 Recursos Administrados pela BANDEPREV</b>	<b>54.010</b>	<b>3,84</b>
1.2.1 Imóveis	28.760	2,04
1.2.2 Empréstimos	25.249	1,79
1.2.3 Ações Renda Variável	1	0,01

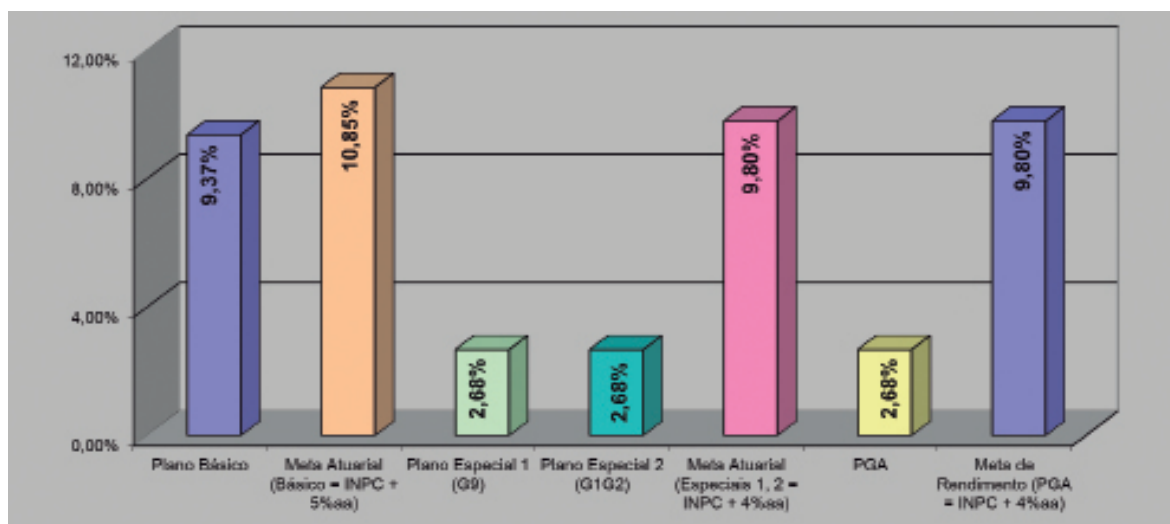
PLANO DE BENEFÍCIOS	Dezembro - 2013	
	R\$ MIL	Alocação (%)
<b>Plano Especial 1</b>		
<b>1. Total Investimentos</b>	<b>5.559</b>	<b>100,00</b>
<b>1.1 Recursos Gestão Terceirizada</b>	<b>5.559</b>	<b>100,00</b>
1.1.1 Asset SANTANDER	5.559	100,00

PLANO DE BENEFÍCIOS	Dezembro - 2013	
	R\$ MIL	Alocação (%)
<b>Plano Especial 2</b>		
<b>1. Total Investimentos</b>	<b>10.581</b>	<b>100,00</b>
<b>1.1 Recursos Gestão Terceirizada</b>	<b>10.581</b>	<b>100,00</b>
1.1.1 Asset SANTANDER	10.581	100,00

PLANO DE GESTÃO	Dezembro - 2013	
	R\$ MIL	Alocação (%)
<b>Plano de Gestão Administrativa</b>		
<b>1. Total Investimentos</b>	<b>49.949</b>	<b>100,00</b>
<b>1.1 Recursos Gestão Terceirizada</b>	<b>49.949</b>	<b>100,00</b>
1.1.1 Asset SANTANDER	49.949	100,00

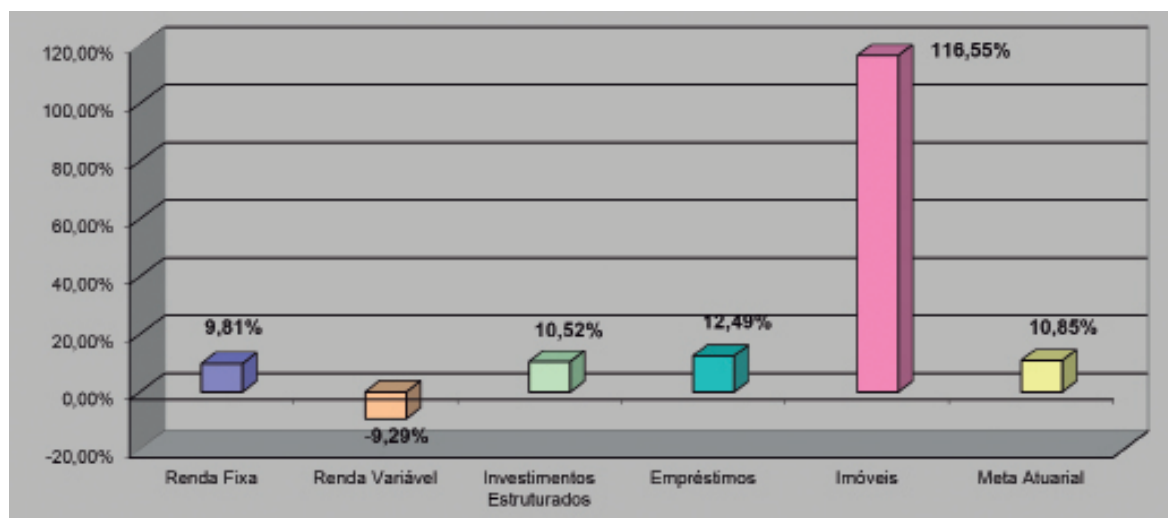
## 3 - RENTABILIDADES LÍQUIDAS/BRUTAS POR PLANOS E SEGMENTOS ANO 2013

### 3.1 - RENTABILIDADES BRUTAS POR PLANOS

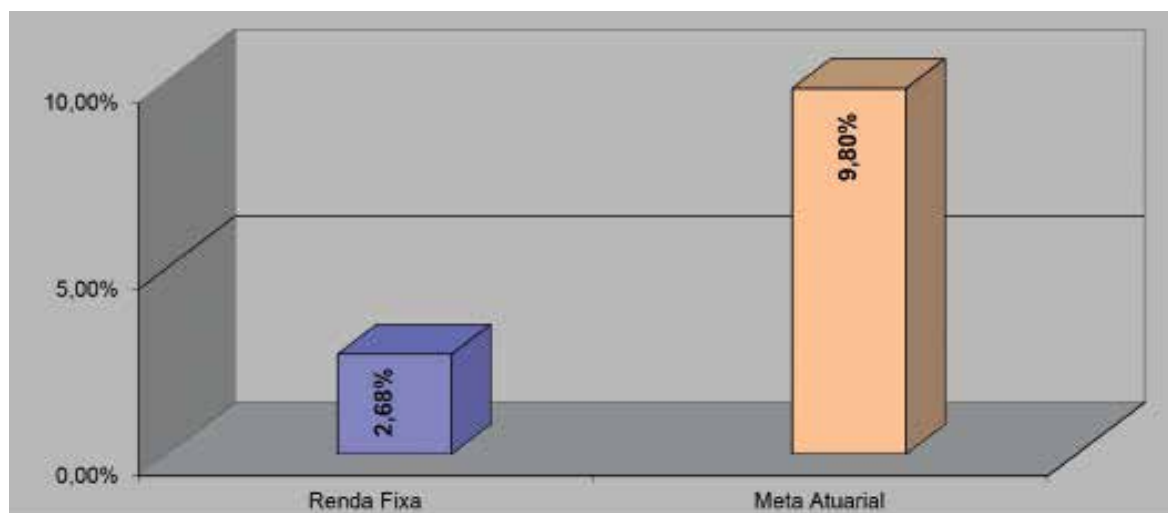


### 3.2 - RENTABILIDADES BRUTAS POR SEGMENTOS DOS PLANOS

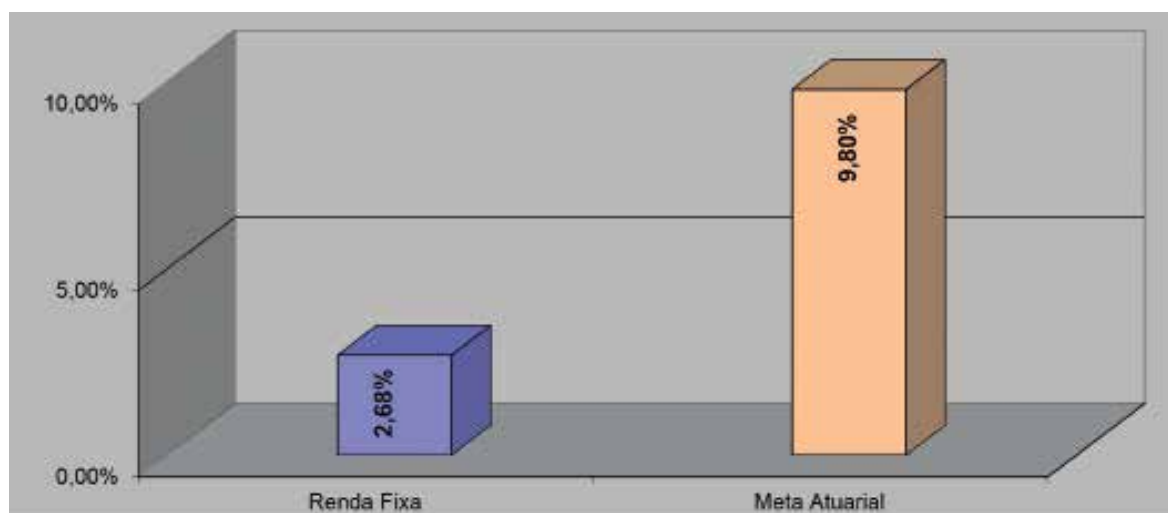
#### 3.2.1 - PLANO BÁSICO



#### 3.2.2 - PLANO ESPECIAL Nº 1

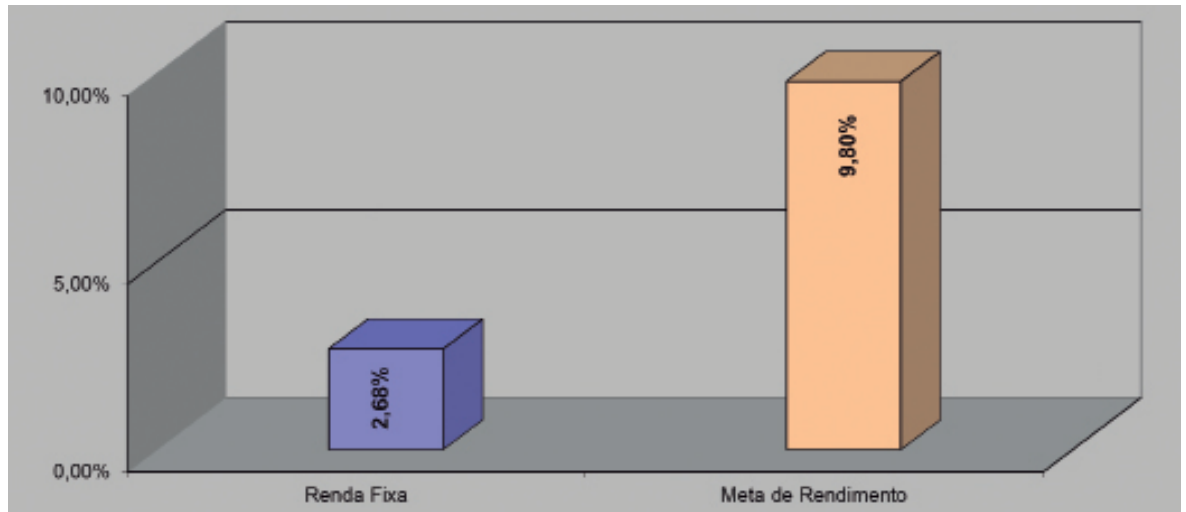


#### 3.2.3 - PLANO ESPECIAL Nº 2

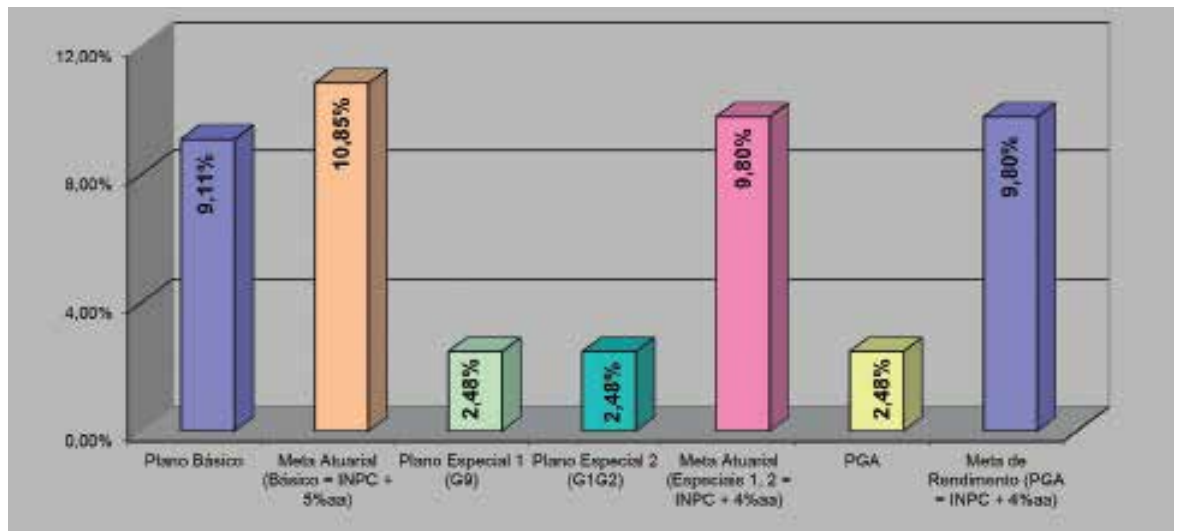




### 3.2.4 - PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

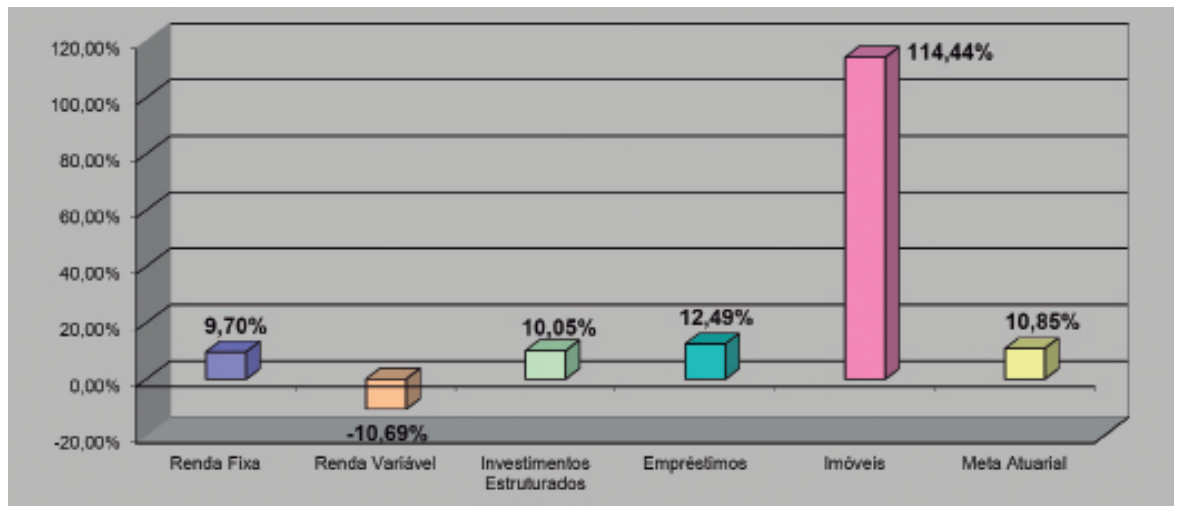


### 3.3 - RENTABILIDADES LÍQUIDAS POR PLANOS

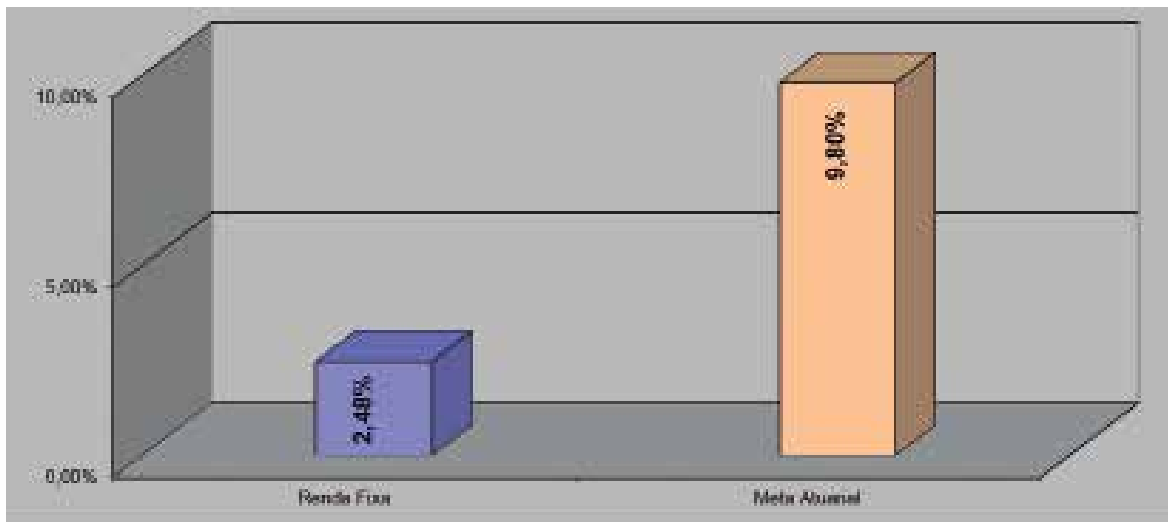


### 3.4 - RENTABILIDADES LÍQUIDAS POR SEGMENTOS DOS PLANOS

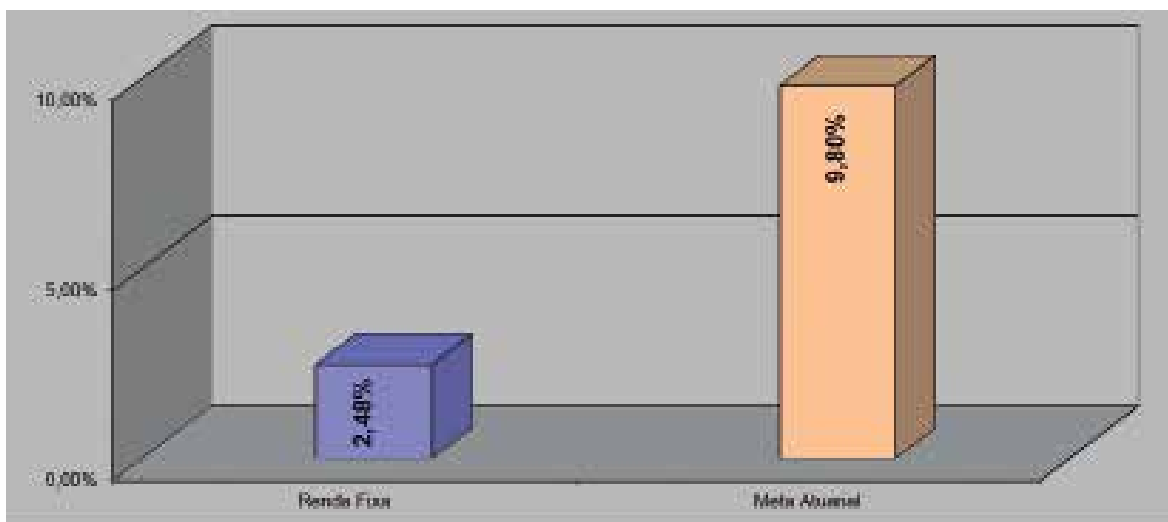
#### 3.4.1 - PLANO BÁSICO



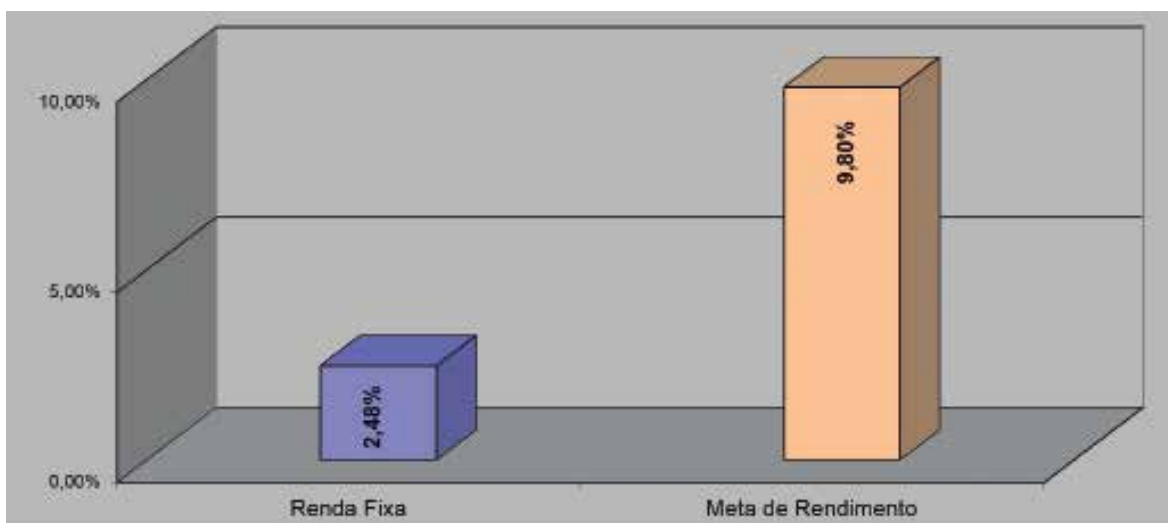
### 3.4.2 - PLANO ESPECIAL Nº 1



### 3.4.3 - PLANO ESPECIAL Nº 2



### 3.4.4 - PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA



#### 4 - COMPARATIVO DOS LIMITES DE ALOCAÇÕES DOS PLANOS EM RELAÇÃO AS POLÍTICAS DE INVESTIMENTOS E LEGISLAÇÃO VIGENTE

##### PLANO BÁSICO

SEGMENTOS	Margem de Alocação			% Definido pela Resolução CMN nº 3.792	% Efetivamente Aplicado
	Limite Inferior %	Alvo %	Limite Superior %		
	Política de Investimentos 2013				
Renda Fixa	60,00%	75,50%	100,00%	Até 100% (art. 35)	88,30%
Renda Variável	0,00%	10,00%	20,00%	Até 70% (art. 36)	7,16%
Invest <sup>o</sup> Estruturados	0,00%	10,00%	20,00%	Até 20% (art. 37)	0,71%
Invest <sup>o</sup> no Exterior	0,00%	0,00%	0,00%	Até 10% (art. 38)	0,00%
Imóveis	0,00%	2,00%	2,00%	Até 8% (art. 39)	2,04%
Empréstimos	0,00%	2,50%	2,50%	Até 15% (art. 40)	1,79%

Obs.: Houve um desenquadramento passivo de 0,04% nos investimentos em Imóveis, em relação a Política de Investimentos, tendo em vista a reavaliação obrigatória registrada no balancete de Outubro/2013, não contrariando, entretanto, a Resolução CMN nº 3.792 em seu artigo 52.

##### PLANO ESPECIAL 1

SEGMENTOS	Margem de Alocação			% Definido pela Resolução CMN nº 3.792	% Efetivamente Aplicado
	Limite Inferior %	Alvo %	Limite Superior %		
	Política de Investimentos 2013				
Renda Fixa	0,00%	100,00%	100,00%	Até 100% (art. 35)	100,00%
Renda Variável	0,00%	0,00%	0,00%	Até 70% (art. 36)	0,00%
Invest <sup>o</sup> Estruturados	0,00%	0,00%	0,00%	Até 20% (art. 37)	0,00%
Invest <sup>o</sup> no Exterior	0,00%	0,00%	0,00%	Até 10% (art. 38)	0,00%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	Até 8% (art. 39)	0,00%
Empréstimos	0,00%	0,00%	0,00%	Até 15% (art. 40)	0,00%

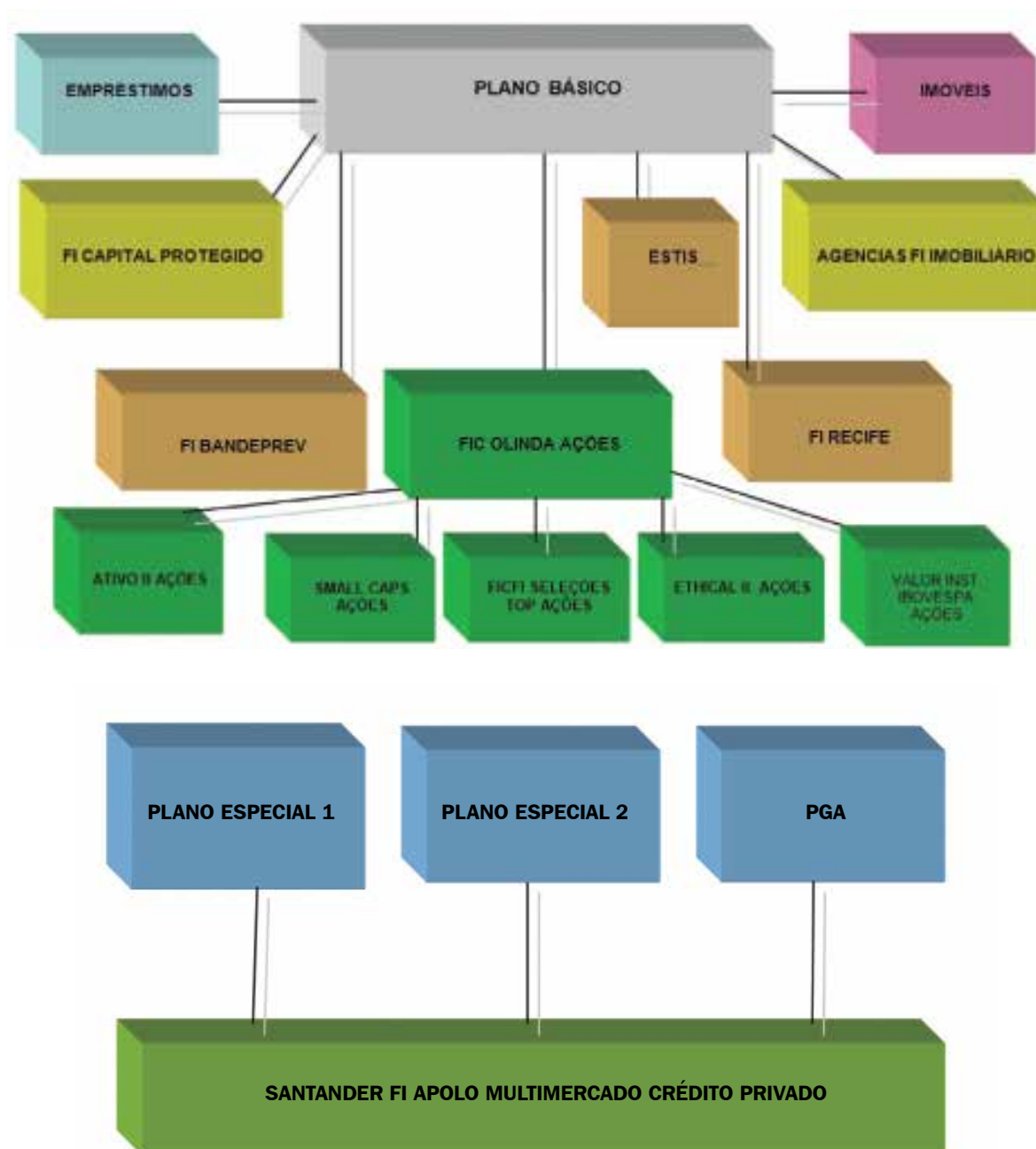
##### PLANO ESPECIAL 2

SEGMENTOS	Margem de Alocação			% Definido pela Resolução CMN nº 3.792	% Efetivamente Aplicado
	Limite Inferior %	Alvo %	Limite Superior %		
	Política de Investimentos 2013				
Renda Fixa	0,00%	100,00%	100,00%	Até 100% (art.35)	100,00%
Renda Variável	0,00%	0,00%	0,00%	Até 70% (art. 36)	0,00%
Invest <sup>o</sup> Estruturados	0,00%	0,00%	0,00%	Até 20% (art.37)	0,00%
Invest <sup>o</sup> no Exterior	0,00%	0,00%	0,00%	Até 10% (art. 38)	0,00%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	Até 8% (art. 39)	0,00%
Empréstimos	0,00%	0,00%	0,00%	Até 15% (art. 40)	0,00%

##### PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

SEGMENTOS	Margem de Alocação			% Definido pela Resolução CMN nº 3.792	% Efetivamente Aplicado
	Limite Inferior %	Alvo %	Limite Superior %		
	Política de Investimentos 2013				
Renda Fixa	0,00%	100,00%	100,00%	Até 100% (art.35)	100,00%
Renda Variável	0,00%	0,00%	0,00%	Até 70% (art. 36)	0,00%
Invest <sup>o</sup> Estruturados	0,00%	0,00%	0,00%	Até 20% (art.37)	0,00%
Invest <sup>o</sup> no Exterior	0,00%	0,00%	0,00%	Até 10% (art. 38)	0,00%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	Até 8% (art. 39)	0,00%
Empréstimos	0,00%	0,00%	0,00%	Até 15% (art. 40)	0,00%

## 5 - FIGURA “ÁRVORE” DE INVESTIMENTOS DOS PLANOS



## 6 - DESPESAS COM CUSTOS DE GESTÃO DOS INVESTIMENTOS DOS PLANOS

Descrição	Plano Básico	Plano Especial 1	Plano Especial 2	PGA	Total
Taxa de Custódia	237.577,00	934,98	1.730,64	8.095,73	248.338,35
Taxa de Administração	2.604.840,62	15.099,27	13.872,93	89.562,83	2.723.375,65
Taxa CETIP	92.897,85	1.549,07	1.263,78	8.701,23	104.411,93
Auditoria	17.155,05	-	-	-	17.155,05
Taxa SELIC	26.899,36	227,10	200,11	1.320,74	28.647,31
Taxa CVM	102.833,78	1.511,88	1.191,96	8.361,05	113.898,67
BM&F	10.061,73	717,80	148,36	2.684,30	13.612,19
ANDIMA	14.101,44	225,66	169,82	1.223,03	15.719,95
Taxa CBLC	2.993,64	-	-	-	2.993,64
Despesas Gerais	2.957,19	-	-	-	2.957,19
Taxa de Performance	80.612,09	-	-	-	80.612,09
Despesa com Swap	168,57	-	-	-	168,57
Despesa com Cartório	1.843,66	64,77	36,84	314,41	2.259,68
Corretagem R. Variável	325.353,26	-	-	-	325.353,26
<b>Total</b>	<b>3.520.295,24</b>	<b>20.330,52</b>	<b>18.614,44</b>	<b>120.263,33</b>	<b>3.679.503,53</b>



## 7 - RELATÓRIOS RESUMOS - POLÍTICAS DE INVESTIMENTOS DOS PLANOS PARA 2014

Aprovada para o exercício de 2014

**Plano de Benefícios:** Plano de Básico

**Nº da ata de aprovação:** 024/2013 **Data aprovação pelo Conselho Deliberativo:** 26/12/2013

**Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ:** Evandro Couceiro Costa Júnior

**CPF:** 236.138.404-30

**Cargo:** Diretor Financeiro

**Segmento:** Plano de Benefícios

**Tx mínima atuarial (TMA):** Taxa de juros: 5% aa **Indexador:** INPC

**Controle de Riscos:** Risco de Mercado  
Risco de Liquidez  
Risco de Contraparte  
Risco Legal  
Risco Operacional  
Outros

**Comentários:** os diversos tipos de riscos aqui apresentados são monitorados pela própria Entidade e/ou por prestadores de serviços tais como: gestor/administrador, custodiante, consultorias.

Realiza o apreçamento de ativos financeiros:	SIM	Dispõe de Manual:	SIM
Possui modelo proprietário de risco:	SIM	Dispõe de Manual:	NÃO
Realiza estudos de ALM:	SIM		

**Observação:** 1. O apreçamento de ativos financeiros é realizado pela consultoria financeira (Assimétrica Consultoria Financeira e Previdenciária) através do sistema de risco Duxus.  
2. A BANDEPREV realizou em 2010, através da empresa Mercer Human Resource Consulting Ltda. um estudo de ALM (visando o casamento de fluxo de caixa entre seus ativos e passivos).

### Alocação de Recursos

Período de referência: 01/2014 à 12/2014

Investimentos	P.I. (Piso)	P.I. (Teto)	Alvo
Segmento Renda Fixa	60,00%	100,00%	75,50%
Segmento Renda Variável	0,00%	20,00%	10,00%
Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	20,00%	10,00%
Segmento de Investimentos no Exterior	0,00%	0,00%	0,00%
Segmento de Imóveis	0,00%	2,50%	2,50%
Segmento Operações com Participantes	0,00%	2,50%	2,00%

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental: NÃO

Utiliza Derivativos: SIM

Avaliação prévia dos riscos envolvidos: SIM

Existência de sistemas de controles internos: SIM

O plano possui Perfis de Investimentos: NÃO

**Observação:** os princípios sócio-ambientais não serão adotados, no entanto o plano o mantém uma aplicação no FI ETHICAL, o qual tem a política voltada para os princípios sócios-ambientais.

### Cenário Macroeconômico, Observações e Justificativas

Cenário	Curto Prazo - 2014			Médio Prazo		Longo Prazo
	Otimista	Base	Pessimista	2015	2016	2017
Probabilidade (%)	15,00	70,00	15,00	-	-	-
PIB (%)	2,00	1,90	1,60	2,20	2,00	2,80
IPCA (%)	5,70	6,00	6,30	5,50	5,00	4,70
INPC (%)	5,60	5,90	6,20	5,40	5,10	4,80
IGP-M (%)	5,90	6,20	6,50	5,70	5,20	4,80
SELIC %a.a. (fim do ano)	10,50	11,00	11,50	11,50	11,50	11,00
SELIC/CDI %a.a. (média anual)	10,46	10,90	10,96	11,00	11,50	11,25
Juros reais (SELIC/IPCA, fim do ano)	4,54	4,72	4,89	5,69	6,19	6,02
IMA-Geral ex-C	8,00	6,00	4,50	7,00	8,50	10,00
IHFA	9,00	8,00	7,50	9,0 à 12,6	9,6 à 13,8	10,2 à 14,8
Dívida Líquida/PIB (%)	34,40	34,50	34,80	34,00	33,50	33,00
US\$/R\$ (fim do ano)	2,28	2,40	2,46	2,48	2,42	2,34
Saldo B.Comercial (US\$ bi)	10,00	8,00	6,00	10,00	12,50	14,30
Transações Correntes (US\$ bi)	-3,00	-3,40	-3,60	-2,90	-2,50	-2,20
Ibovespa (%)	8,00	4,00	-2,00	4 à 14	5 à 16	8 à 18

### Observações e Justificativas

As probabilidades de ocorrência para cada cenário macroeconômico de curto prazo (2014) são: 15% Otimista, 70% Base e 15% Pessimista. O limite máximo para diversificação em pessoas jurídicas e conglomerados é de 7% à 13% para PJ financeiras e de 6% à 9% para PJ não financeiras, de acordo com a escala de rating considerada pela Entidade conforme descrito no texto integral da sua Política de Investimentos.

#### Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo	Máximo	Não Aplica
Tesouro Nacional	0,00%	100,00%	
Instituição Financeira	0,00%	13,00%	
Tesouro Estadual ou Municipal			X
Companhia Aberta com Registro na CVM	0,00%	9,00%	
Organismo Multilateral	0,00%	10,00%	
Companhia Securitizadora	0,00%	10,00%	
Patrocinador do Plano de Benefício	0,00%	10,00%	
FIDC/FICFIDC	0,00%	10,00%	
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia. Aberta	0,00%	10,00%	
Sociedade de Propósito Específico - SPE	0,00%	10,00%	
FI/FIC Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	10,00%	

**Observação:** O percentual de participação em Instituição Financeira e Companhia Aberta com Registro na CVM, será de acordo com a escala de rating adotada pela Entidade, conforme descrito no texto integral da sua Política de Investimentos.

#### Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo	Máximo	Não Aplica
% do capital votante de uma mesma Cia. Aberta	0,00%	20,00%	
% do capital total de uma mesma Cia. Aberta ou de uma mesma SPE	0,00%	20,00%	
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	0,00%	10,00%	
% do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de ações de Cia. Aberta	0,00%	10,00%	
% do PL de FI classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	25,00%	
% do PL de FI classificados no Segmento de Investimentos no Exterior			X
% do PL de Fundos de Índice no Exterior negociados em Bolsa de Valores no Brasil			X
% do Patrimônio Separado de Certificados de Recebíveis com Regime Fiduciário	0,00%	25,00%	

#### Concentração por Investimentos

Emissor	Mínimo	Máximo	Não Aplica
% de uma mesma série de títulos ou valores mobiliários	0,00%	25,00%	
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0,00%	25,00%	
% de um mesmo empreendimento imobiliário	0,00%	25,00%	

#### Rentabilidade(%)

Plano/Segmento	2012	1º sem 2013	2014	Não Aplica
Plano	11,80%	2,71%	12,77%	
Renda Fixa	12,06%	4,57%	11,54%	
Renda Variável	10,97%	-18,02%	20,00%	
Investimentos Estruturados	7,76%	3,59%	11,62%	
Investimentos no Exterior				X
Imóveis	8,15%	4,03%	11,62%	
Operações com Participantes	11,78%	6,89%	12,15%	

**Observação:** 1. A Entidade adotará o método da TIR (taxa interna de retorno), para a apuração e divulgação da rentabilidade do Plano Básico.

Aprovada para o exercício de 2014

**Plano de Benefícios:** Plano Especial 1 de Aposentadoria Suplementar

**Nº da ata de aprovação:** 024/2013

**Data aprovação pelo Conselho Deliberativo:** 26/12/2013

**Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ:** Evandro Couceiro Costa Júnior

**CPF:** 236.138.404-30

**Cargo:** Diretor Financeiro

**Segmento:** Plano de Benefícios

**Tx mínima atuarial (TMA):** Taxa de juros: 4% aa

**Indexador:** INPC

**Controle de Riscos:** Risco de Mercado  
Risco de Liquidez  
Risco de Contraparte  
Risco Legal  
Risco Operacional  
Outros

**Comentários:** os diversos tipos de riscos aqui apresentados são monitorados pela própria Entidade e/ou por prestadores de serviços tais como: gestor/administrador, custodiante, consultorias.

Realiza o apreçamento de ativos financeiros:	SIM	Dispõe de Manual:	SIM
Possui modelo proprietário de risco:	SIM	Dispõe de Manual:	NÃO
Realiza estudos de ALM:	SIM		

- Observação:** 1. O apreçamento de ativos financeiros é realizado pela consultoria financeira (Assimétrica Consultoria Financeira e Previdenciária) através do sistema de risco Duxus.  
2. A BANDEPREV realizou em 2013, através da empresa Mercer Human Resource Consulting Ltda. um "Estudo de Fronteira Eficiente" (visando o casamento de fluxo de caixa entre seus ativos e passivos).

**Alocação de Recursos**

Período de referência: 01/2014 à 12/2014

Investimentos	P.I. (Piso)	P.I. (Teto)	Alvo
Segmento Renda Fixa	0,00%	100,00%	100,00%
Segmento Renda Variável	0,00%	0,00%	0,00%
Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	0,00%	0,00%
Segmento de Investimentos no Exterior	0,00%	0,00%	0,00%
Segmento de Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%
Segmento Operações com Participantes	0,00%	0,00%	0,00%
A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental:		NÃO	
Utiliza Derivativos:		SIM	
Avaliação prévia dos riscos envolvidos:		SIM	
Existência de sistemas de controles internos:		SIM	
O plano possui Perfis de Investimentos:		NÃO	

**Cenário Macroeconômico, Observações e Justificativas**

Cenário	Curto Prazo - 2014			Médio Prazo		Longo Prazo
	Otimista	Base	Pessimista	2015	2016	2017
Probabilidade (%)	15,00	70,00	15,00	-	-	-
PIB (%)	2,00	1,90	1,60	2,20	2,00	2,80
IPCA (%)	5,70	6,00	6,30	5,50	5,00	4,70
INPC (%)	5,60	5,90	6,20	5,40	5,10	4,80
IGP-M (%)	5,90	6,20	6,50	5,70	5,20	4,80
SELIC %a.a. (fim do ano)	10,50	11,00	11,50	11,50	11,50	11,00
SELIC/CDI %a.a. (média anual)	10,46	10,90	10,96	11,00	11,50	11,25
Juros reais (SELIC/IPCA, fim do ano)	4,54	4,72	4,89	5,69	6,19	6,02
IMA-Geral ex-C	8,00	6,00	4,50	7,00	8,50	10,00
IHFA	9,00	8,00	7,50	9,0 à 12,6	9,6 à 13,8	10,2 à 14,8
Dívida Líquida/PIB (%)	34,40	34,50	34,80	34,00	33,50	33,00
US\$/R\$ (fim do ano)	2,28	2,40	2,46	2,48	2,42	2,34
Saldo B.Comercial (US\$ bi)	10,00	8,00	6,00	10,00	12,50	14,30
Transações Correntes (US\$ bi)	-3,00	-3,40	-3,60	-2,90	-2,50	-2,20
Ibovespa (%)	8,00	4,00	-2,00	4 à 14	5 à 16	8 à 18

### Observações e Justificativas

As probabilidades de ocorrência para cada cenário macroeconômico de curto prazo (2014) são: 15% Otimista, 70% Base e 15% Pessimista. O limite máximo para diversificação em pessoas jurídicas e conglomerados é de 7% à 13% para PJ financeiras e de 6% à 9% para PJ não financeiras, de acordo com a escala de rating considerada pela Entidade conforme descrito no texto integral da sua Política de Investimentos.

#### Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo	Máximo	Não Aplica
Tesouro Nacional	0,00%	100,00%	
Instituição Financeira	0,00%	13,00%	
Tesouro Estadual ou Municipal			X
Companhia Aberta com Registro na CVM	0,00%	9,00%	
Organismo Multilateral	0,00%	10,00%	
Companhia Securitizadora	0,00%	10,00%	
Patrocinador do Plano de Benefício	0,00%	10,00%	
FIDC/FICFIDC	0,00%	10,00%	
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia. Aberta	0,00%	10,00%	
Sociedade de Propósito Específico - SPE	0,00%	10,00%	
FI/FIC Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	10,00%	

**Observação:** O percentual de participação em Instituição Financeira e Companhia Aberta com Registro na CVM, será de acordo com a escala de *rating* adotada pela Entidade, conforme descrito no texto integral da sua Política de Investimentos.

#### Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo	Máximo	Não Aplica
% do capital votante de uma mesma Cia. Aberta	0,00%	20,00%	
% do capital total de uma mesma Cia. Aberta ou de uma mesma SPE	0,00%	20,00%	
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	0,00%	10,00%	
% do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de ações de Cia. Aberta	0,00%	10,00%	
% do PL de FI classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	25,00%	
% do PL de FI classificados no Segmento de Investimentos no Exterior			X
% do PL de Fundos de Índice no Exterior negociados em Bolsa de Valores no Brasil			X
% do Patrimônio Separado de Certificados de Recebíveis com Regime Fiduciário	0,00%	25,00%	

#### Concentração por Investimentos

Emissor	Mínimo	Máximo	Não Aplica
% de uma mesma série de títulos ou valores mobiliários	0,00%	25,00%	
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0,00%	25,00%	
% de um mesmo empreendimento imobiliário	0,00%	25,00%	

#### Rentabilidade(%)

Plano/Segmento	2012	1º sem 2013	2014	Não Aplica
Plano	11,58%	0,10%	11,02%	
Renda Fixa	11,58%	0,10%	11,02%	
Renda Variável				X
Investimentos Estruturados				X
Investimentos no Exterior				X
Imóveis				X
Operações com Participantes				X

**Observação:** 1. A Entidade adotará o método da TIR (taxa interna de retorno), para a apuração e divulgação da rentabilidade do Plano Especial nº 1.

Aprovada para o exercício de 2014

**Plano de Benefícios:** Plano Especial 2 de Aposentadoria Suplementar

**Nº da ata de aprovação:** 024/2013 **Data aprovação pelo Conselho Deliberativo:** 26/12/2013

**Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ:** Evandro Couceiro Costa Júnior

**CPF:** 236.138.404-30

**Cargo:** Diretor Financeiro

**Segmento:** Plano de Benefícios

**Tx mínima atuarial (TMA):** Taxa de juros: 4% aa **Indexador:** INPC

**Controle de Riscos:** Risco de Mercado  
Risco de Liquidez  
Risco de Contraparte  
Risco Legal  
Risco Operacional  
Outros

**Comentários:** os diversos tipos de riscos aqui apresentados são monitorados pela própria Entidade e/ou por prestadores de serviços tais como: gestor/administrador, custodiante, consultorias.

Realiza o apreçamento de ativos financeiros:	SIM	Dispõe de Manual:	SIM
Possui modelo proprietário de risco:	SIM	Dispõe de Manual:	NÃO
Realiza estudos de ALM:	SIM		

- Observação:**
1. O apreçamento de ativos financeiros é realizado pela consultoria financeira (Assimétrica Consultoria Financeira e Previdenciária) através do sistema de risco Duxus.
  2. A BANDEPREV realizou em 2013, através da empresa Mercer Human Resource Consulting Ltda. um "Estudo de Fronteira Eficiente" (visando o casamento de fluxo de caixa entre seus ativos e passivos).

**Alocação de Recursos**

Período de referência: 01/2014 à 12/2014

Investimentos	P.I. (Piso)	P.I. (Teto)	Alvo
Segmento Renda Fixa	0,00%	100,00%	100,00%
Segmento Renda Variável	0,00%	0,00%	0,00%
Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	0,00%	0,00%
Segmento de Investimentos no Exterior	0,00%	0,00%	0,00%
Segmento de Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%
Segmento Operações com Participantes	0,00%	0,00%	0,00%
A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental:		NÃO	
Utiliza Derivativos:		SIM	
Avaliação prévia dos riscos envolvidos:		SIM	
Existência de sistemas de controles internos:		SIM	
O plano possui Perfis de Investimentos:		NÃO	

**Cenário Macroeconômico, Observações e Justificativas**

Cenário	Curto Prazo - 2014			Médio Prazo		Longo Prazo
	Otimista	Base	Pessimista	2015	2016	2017
Probabilidade (%)	15,00	70,00	15,00	-	-	-
PIB (%)	2,00	1,90	1,60	2,20	2,00	2,80
IPCA (%)	5,70	6,00	6,30	5,50	5,00	4,70
INPC (%)	5,60	5,90	6,20	5,40	5,10	4,80
IGP-M (%)	5,90	6,20	6,50	5,70	5,20	4,80
SELIC %a.a. (fim do ano)	10,50	11,00	11,50	11,50	11,50	11,00
SELIC/CDI %a.a. (média anual)	10,46	10,90	10,96	11,00	11,50	11,25
Juros reais (SELIC/IPCA, fim do ano)	4,54	4,72	4,89	5,69	6,19	6,02
IMA-Geral ex-C	8,00	6,00	4,50	7,00	8,50	10,00
IHFA	9,00	8,00	7,50	9,0 à 12,6	9,6 à 13,8	10,2 à 14,8
Dívida Líquida/PIB (%)	34,40	34,50	34,80	34,00	33,50	33,00
US\$ /R\$ (fim do ano)	2,28	2,40	2,46	2,48	2,42	2,34
Saldo B.Comercial (US\$ bi)	10,00	8,00	6,00	10,00	12,50	14,30
Transações Correntes (US\$ bi)	-3,00	-3,40	-3,60	-2,90	-2,50	-2,20
Ibovespa (%)	8,00	4,00	-2,00	4 à 14	5 à 16	8 à 18



### Observações e Justificativas

As probabilidades de ocorrência para cada cenário macroeconômico de curto prazo (2014) são: 15% Otimista, 70% Base e 15% Pessimista. O limite máximo para diversificação em pessoas jurídicas e conglomerados é de 7% à 13% para PJ financeiras e de 6% à 9% para PJ não financeiras, de acordo com a escala de *rating* considerada pela Entidade conforme descrito no texto integral da sua Política de Investimentos.

#### Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo	Máximo	Não Aplica
Tesouro Nacional	0,00%	100,00%	
Instituição Financeira	0,00%	13,00%	
Tesouro Estadual ou Municipal			X
Companhia Aberta com Registro na CVM	0,00%	9,00%	
Organismo Multilateral	0,00%	10,00%	
Companhia Securitizadora	0,00%	10,00%	
Patrocinador do Plano de Benefício	0,00%	10,00%	
FIDC/FICFIDC	0,00%	10,00%	
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia. Aberta	0,00%	10,00%	
Sociedade de Propósito Específico - SPE	0,00%	10,00%	
FI/FIC Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	10,00%	

**Observação:** O percentual de participação em Instituição Financeira e Companhia Aberta com Registro na CVM, será de acordo com a escala de *rating* adotada pela Entidade, conforme descrito no texto integral da sua Política de Investimentos.

#### Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo	Máximo	Não Aplica
% do capital votante de uma mesma Cia. Aberta	0,00%	20,00%	
% do capital total de uma mesma Cia. Aberta ou de uma mesma SPE	0,00%	20,00%	
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	0,00%	10,00%	
% do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de ações de Cia. Aberta	0,00%	10,00%	
% do PL de FI classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	25,00%	
% do PL de FI classificados no Segmento de Investimentos no Exterior			X
% do PL de Fundos de Índice no Exterior negociados em Bolsa de Valores no Brasil			X
% do Patrimônio Separado de Certificados de Recebíveis com Regime Fiduciário	0,00%	25,00%	

#### Concentração por Investimentos

Emissor	Mínimo	Máximo	Não Aplica
% de uma mesma série de títulos ou valores mobiliários	0,00%	25,00%	
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0,00%	25,00%	
% de um mesmo empreendimento imobiliário	0,00%	25,00%	

#### Rentabilidade(%)

Plano/Segmento	2012	1º sem 2013	2014	Não Aplica
Plano	11,58%	0,10%	11,02%	
Renda Fixa	11,58%	0,10%	11,02%	
Renda Variável				X
Investimentos Estruturados				X
Investimentos no Exterior				X
Imóveis				X
Operações com Participantes				X

**Observação:** 1. A Entidade adotará o método da TIR (taxa interna de retorno), para a apuração e divulgação da rentabilidade do Plano Especial nº 2.

**Plano de Gestão: Plano de Gestão Administrativa - PGA**

**Nº da ata de aprovação:** 024/2013 **Data aprovação pelo Conselho Deliberativo:** 26/12/2013

**Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ:** Evandro Couceiro Costa Júnior

**CPF:** 236.138.404-30

**Cargo:** Diretor Financeiro

**Segmento:** Plano de Gestão Administrativa

Participação %	Plano/Segmento	Percentual indexador	Indexador	Taxa de Juros %aa
100,00	Plano	100,00	INPC	4,00

**Controle de Riscos:** Risco de Mercado  
Risco de Liquidez  
Risco de Contraparte  
Risco Legal  
Risco Operacional  
Outros

**Comentários:** os diversos tipos de riscos aqui apresentados são monitorados pela própria Entidade e/ou por prestadores de serviços tais como: gestor/administrador, custodiante, consultorias.

Realiza o apreçamento de ativos financeiros:	SIM	Dispõe de Manual:	SIM
Possui modelo proprietário de risco:	SIM	Dispõe de Manual:	NÃO
Realiza estudos de ALM:	NÃO		

- Observação:**
- O apreçamento de ativos financeiros é realizado pela consultoria financeira (Assimétrica Consultoria Financeira e Previdenciária) através do sistema de risco Duxus.
  - O estudo de ALM não é recomendado nem se aplica para um plano como o PGA, o qual tem sido administrado de acordo com o fluxo de caixa e o orçamento traçado para o custeio dos planos de benefícios da Entidade.

**Alocação de Recursos**

Período de referência: 01/2014 à 12/2014

Investimentos	P.I. (Piso)	P.I. (Teto)	Alvo
Segmento Renda Fixa	0,00%	100,00%	100,00%
Segmento Renda Variável	0,00%	0,00%	0,00%
Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	0,00%	0,00%
Segmento de Investimentos no Exterior	0,00%	0,00%	0,00%
Segmento de Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%
Segmento Operações com Participantes	0,00%	0,00%	0,00%
A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental:		NÃO	
Utiliza Derivativos:		SIM	
Avaliação prévia dos riscos envolvidos:		SIM	
Existência de sistemas de controles internos:		SIM	
O plano possui Perfis de Investimentos:		NÃO	

**Cenário Macroeconômico, Observações e Justificativas**

Cenário	Curto Prazo - 2014			Médio Prazo		Longo Prazo
	Otimista	Base	Pessimista	2015	2016	2017
Probabilidade (%)	15,00	70,00	15,00	-	-	-
PIB (%)	2,00	1,90	1,60	2,20	2,00	2,80
IPCA (%)	5,70	6,00	6,30	5,50	5,00	4,70
INPC (%)	5,60	5,90	6,20	5,40	5,10	4,80
IGP-M (%)	5,90	6,20	6,50	5,70	5,20	4,80
SELIC %a.a. (fim do ano)	10,50	11,00	11,50	11,50	11,50	11,00
SELIC/CDI %a.a. (média anual)	10,46	10,90	10,96	11,00	11,50	11,25
Juros reais (SELIC/IPCA, fim do ano)	4,54	4,72	4,89	5,69	6,19	6,02
IMA-Geral ex-C	8,00	6,00	4,50	7,00	8,50	10,00
IHFA	9,00	8,00	7,50	9,0 à 12,6	9,6 à 13,8	10,2 à 14,8
Dívida Líquida/PIB (%)	34,40	34,50	34,80	34,00	33,50	33,00
US\$ /R\$ (fim do ano)	2,28	2,40	2,46	2,48	2,42	2,34
Saldo B.Comercial (US\$ bi)	10,00	8,00	6,00	10,00	12,50	14,30
Transações Correntes (US\$ bi)	-3,00	-3,40	-3,60	-2,90	-2,50	-2,20
Ibovespa (%)	8,00	4,00	-2,00	4 à 14	5 à 16	8 à 18

### Observações e Justificativas

As probabilidades de ocorrência para cada cenário macroeconômico de curto prazo (2014) são: 15% Otimista, 70% Base e 15% Pessimista. O limite máximo para diversificação em pessoas jurídicas e conglomerados é de 7% à 13% para PJ financeiras e de 6% à 9% para PJ não financeiras, de acordo com a escala de rating considerada pela Entidade conforme descrito no texto integral da sua Política de Investimentos.

#### Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo	Máximo	Não Aplica
Tesouro Nacional	0,00%	100,00%	
Instituição Financeira	0,00%	13,00%	
Tesouro Estadual ou Municipal			X
Companhia Aberta com Registro na CVM	0,00%	9,00%	
Organismo Multilateral	0,00%	10,00%	
Companhia Securitizadora	0,00%	10,00%	
Patrocinador do Plano de Benefício	0,00%	10,00%	
FIDC/FICFIDC	0,00%	10,00%	
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia. Aberta	0,00%	10,00%	
Sociedade de Propósito Específico - SPE	0,00%	10,00%	
FI/FIC Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	10,00%	

**Observação:** O percentual de participação em Instituição Financeira e Companhia Aberta com Registro na CVM, será de acordo com a escala de rating adotada pela Entidade, conforme descrito no texto integral da sua Política de Investimentos.

#### Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo	Máximo	Não Aplica
% do capital votante de uma mesma Cia. Aberta	0,00%	20,00%	
% do capital total de uma mesma Cia. Aberta ou de uma mesma SPE	0,00%	20,00%	
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	0,00%	10,00%	
% do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de ações de Cia. Aberta	0,00%	10,00%	
% do PL de FI classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	25,00%	
% do PL de FI classificados no Segmento de Investimentos no Exterior			X
% do PL de Fundos de Índice no Exterior negociados em Bolsa de Valores no Brasil			X
% do Patrimônio Separado de Certificados de Recebíveis com Regime Fiduciário	0,00%	25,00%	

#### Concentração por Investimentos

Emissor	Mínimo	Máximo	Não Aplica
% de uma mesma série de títulos ou valores mobiliários	0,00%	25,00%	
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0,00%	25,00%	
% de um mesmo empreendimento imobiliário	0,00%	25,00%	

#### Rentabilidade(%)

Plano/Segmento	2012	1º Sem/2013	2014	Não Aplica
Plano	11,58%	0,10%	11,02%	
Renda Fixa	11,58%	0,10%	11,02%	
Renda Variável				X
Investimentos Estruturados				X
Investimentos no Exterior				X
Imóveis				X
Operações com Participantes				X

**Observação:** 1.A Entidade adotará o método da TIR (taxa interna de retorno), para a apuração e divulgação da rentabilidade do Plano de Gestão Administrativa.

## **IV - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Antes de iniciar a apresentação das Demonstrações Contábeis, registramos a seguir o resumo dos resultados dos Planos de Benefícios em 31/12/2013.

O Plano Básico de Benefícios fechou com: Superávit de R\$ 104.188.201,76; Fundo Administrativo (destinado à cobertura de despesas administrativas) de R\$ 49.410.654,57; Fundo de Risco (destinado à quitação de saldo devedor de empréstimo contraído por participantes ou assistidos falecidos) de R\$ 9.439.809,34. Este Plano é único que possui empréstimo e o saldo do Fundo de Risco representa 37,39% do total emprestado.

O Plano Especial 1 de Aposentadoria Suplementar fechou com: Superávit de R\$ 853.451,19; Fundos Previdenciais (destinado à revisão do plano) no montante de R\$ 890.347,28; e Fundo Administrativo de R\$ 183.395,79.

O Plano Especial 2 fechou com: Superávit de R\$ 610.900,33; e Fundo Administrativo de R\$ 1.005.188,28.

O Plano de Gestão Administrativa – PGA é o Plano que abriga os recursos dos Fundos Administrativos dos Planos de Benefícios referidos acima.

### **1 - PARECER DOS AUDITORES**

---

Demonstrações Contábeis  
Referentes ao Exercício  
Findo em 31 de Dezembro de 2013 e  
Relatório dos Auditores Independentes

#### **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos  
Administradores, Participantes e Patrocinadores da  
Bandeprev - Bandepe Previdência Social  
Recife-PE

Examinamos as demonstrações contábeis da Bandeprev - Bandepe Previdência Social (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução nº 8, de 31 de outubro de 2010, do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC) em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, das mutações do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis**

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

## Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Bandeprev - Bandepe Previdência Social e individual por plano de benefício e de gestão administrativa, em 31 de dezembro de 2013, e o desempenho consolidado e por plano de benefício e de gestão administrativa de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Recife, 17 de março de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC 2SP 011.609/O-8F-PE

Gilberto Bizerra de Souza  
Contador  
CRC nº 1 RJ 076328/O-2 015.640/O-3 S "CE"



BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Exercício atual	Exercício anterior	PASSIVO	Nota explicativa	Exercício atual	Exercício anterior
<b>DISPONÍVEL</b>		<b>36</b>	<b>26</b>	<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>		<b>1.243</b>	<b>1.150</b>
				Gestão Previdencial	5.1	831	791
<b>REALIZÁVEL</b>		<b>1.479.282</b>	<b>1.446.462</b>	Gestão Administrativa	5.2	404	353
Gestão Previdencial	4.1	4.169	1.692	Investimentos		8	6
Gestão Administrativa	4.2	925	1.188				
Investimentos		1.474.188	1.443.582	<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	<b>6</b>	<b>32.708</b>	<b>29.951</b>
Títulos Públicos	4.3.1	357.342	374.626	Gestão Previdencial		32.116	29.365
Fundos de Investimentos	4.3.1	1.062.834	1.031.314	Gestão Administrativa		592	586
Investimentos Imobiliários	4.3.2	28.760	14.407				
Empréstimos	4.3.3	25.249	23.235	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>		<b>1.445.708</b>	<b>1.415.460</b>
Outros Realizáveis		3	-	Patrimônio de Cobertura do Plano		1.384.779	1.352.434
				Provisões Matemáticas	7	1.279.126	1.172.740
<b>PERMANENTE</b>		<b>341</b>	<b>73</b>	Benefícios Concedidos		1.146.824	1.059.556
Imobilizado		341	73	Benefícios a Conceder		132.302	113.184
				Equilíbrio Técnico	7	105.653	179.694
				Resultados Realizados		105.653	179.694
				Superávit Técnico Acumulado		105.653	179.694
				Fundos	7	60.929	63.026
				Fundos Previdenciais		890	1.353
				Fundos Administrativos		50.599	52.923
				Fundos dos Investimentos		9.440	8.750
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.479.659</b>	<b>1.446.561</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>1.479.659</b>	<b>1.446.561</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS PLANO BÁSICO LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>31</b>	<b>18</b>	<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>1.209</b>	<b>1.291</b>
			Gestão Previdencial	827	787
<b>REALIZÁVEL</b>	<b>1.461.672</b>	<b>1.427.529</b>	Investimentos	382	504
Gestão Previdencial	4.162	1.686			
Gestão Administrativa	49.411	51.703	<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	<b>31.466</b>	<b>28.790</b>
Investimentos	1.408.099	1.374.140	Gestão Previdencial	31.466	28.790
Títulos Públicos	357.342	374.626			
Fundos de Investimentos	996.745	961.872	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>1.429.028</b>	<b>1.397.466</b>
Investimentos Imobiliários	28.760	14.407	Patrimônio de Cobertura do Plano	1.370.177	1.337.013
Empréstimos	25.249	23.235	Provisões Matemáticas	1.265.989	1.159.800
Outros Realizáveis	3	-	Benefícios Concedidos	1.133.687	1.046.615
			Benefícios a Conceder	132.302	113.185
			Equilíbrio Técnico	104.188	177.213
			Resultados Realizados	104.188	177.213
			Superávit Técnico Acumulado	104.188	177.213
			Fundos	58.851	60.453
			Fundos Administrativos	49.411	51.703
			Fundos dos Investimentos	9.440	8.750
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.461.703</b>	<b>1.427.547</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.461.703</b>	<b>1.427.547</b>

BALANÇOS PATRIMONIAIS PLANO ESPECIAL 1  
 LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>DISPONÍVEL</b>	-	<b>1</b>	<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
			Gestão Previdencial	2	2
<b>REALIZÁVEL</b>	<b>5.749</b>	<b>6.376</b>	Gestão Administrativa	-	-
Gestão Previdencial	6	6	Investimentos	2	3
Gestão Administrativa	184	194			
Investimentos	5.559	6.176	<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	<b>649</b>	<b>575</b>
Fundos de Investimentos	5.559	6.176	Gestão Previdencial	649	575
			<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>5.096</b>	<b>5.797</b>
			Patrimônio de Cobertura do Plano	4.022	4.250
			Provisões Matemáticas	3.169	3.400
			Benefícios Concedidos	3.169	3.400
			Equilíbrio Técnico	853	850
			Resultados Realizados	853	850
			Superávit Técnico Acumulado	853	850
			Fundos	1.074	1.547
			Fundos Previdenciais	890	1.353
			Fundos Administrativos	184	194
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>5.749</b>	<b>6.377</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>5.749</b>	<b>6.377</b>

BALANÇOS PATRIMONIAIS PLANO ESPECIAL 2 LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>DISPONÍVEL</b>	-	<b>1</b>	<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>5</b>	<b>7</b>
			Gestão Previdencial	2	2
<b>REALIZÁVEL</b>	<b>11.589</b>	<b>12.203</b>	Gestão Administrativa	-	-
Gestão Previdencial	1	-	Investimentos	3	5
Gestão Administrativa	1.005	1.026			
Investimentos	10.583	11.177	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>11.584</b>	<b>12.197</b>
Fundos de Investimentos	10.581	11.174	Patrimônio de Cobertura do Plano	10.579	11.171
Outros Realizáveis	2	3	Provisões Matemáticas	9.968	9.540
			Benefícios Concedidos	9.968	9.540
			Equilíbrio Técnico	611	1.631
			Resultados Realizados	611	1.631
			Superávit Técnico Acumulado	611	1.631
			Fundos	1.005	1.026
			Fundos Administrativos	1.005	1.026
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>11.589</b>	<b>12.204</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>11.589</b>	<b>12.204</b>

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDADA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
(Em milhares de reais - R\$)

Descrição	Exercício atual	Exercício anterior	Variação (%)
<b>A) Patrimônio Social - início do exercício</b>	<b>1.415.460</b>	<b>1.345.928</b>	<b>5,17</b>
<b>1. Adições</b>	<b>132.274</b>	<b>165.490</b>	<b>(20,07)</b>
(+) Contribuições Previdenciais	9.262	8.952	3,46
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	118.791	148.329	(19,91)
(+) Receitas Administrativas	2.293	2.079	10,29
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	1.238	5.430	(77,20)
(+) Reversão de Contingências - Gestão Administrativa	-	65	(100,00)
(+) Constituição de Fundos de Investimento	690	635	8,66
<b>2. Destinações</b>	<b>(102.026)</b>	<b>(95.958)</b>	<b>6,32</b>
(-) Benefícios	(93.193)	(87.729)	6,23
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(2.979)	(3.458)	(13,85)
(-) Despesas Administrativas	(5.849)	(4.771)	22,59
(-) Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	(5)	-	100,00
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)</b>	<b>30.248</b>	<b>69.532</b>	<b>(56,50)</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	106.386	59.213	79,67
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(74.041)	7.983	(1.027,48)
(+/-) Fundos Previdenciais	(463)	(1.103)	(58,02)
(+/-) Fundos Administrativos	(2.324)	2.804	(182,88)
(+/-) Fundos dos Investimentos	690	635	8,66
<b>B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)</b>	<b>1.445.708</b>	<b>1.415.460</b>	<b>2,14</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO BÁSICO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
(Em milhares de reais - R\$)

Descrição	Exercício atual	Exercício anterior	Variação (%)
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>1.337.013</b>	<b>1.271.286</b>	<b>5,17</b>
<b>1. Adições</b>	<b>127.775</b>	<b>155.531</b>	<b>(17,85)</b>
(+) Contribuições	9.351	9.047	3,36
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	118.424	146.484	(19,16)
<b>2. Destinações</b>	<b>(94.611)</b>	<b>(89.804)</b>	<b>5,35</b>
(-) Benefícios	(91.616)	(86.332)	6,12
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(2.905)	(3.377)	(13,98)
(-) Custeio Administrativo	(90)	(95)	(5,26)
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>33.164</b>	<b>65.727</b>	<b>(49,54)</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	106.189	56.233	88,84
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(73.025)	9.494	(869,17)
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>1.370.177</b>	<b>1.337.013</b>	<b>2,48</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>58.851</b>	<b>60.453</b>	<b>(2,65)</b>
(+/-) Fundos Administrativos	49.411	51.703	(4,43)
(+/-) Fundos dos Investimentos	9.440	8.750	7,89

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO ESPECIAL N° 1  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
 (Em milhares de reais - R\$)

Descrição	Exercício atual	Exercício anterior	Variação (%)
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>5.603</b>	<b>5.633</b>	<b>(0,53)</b>
<b>1. Adições</b> (+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	<b>132</b> 132	<b>662</b> 662	<b>(80,06)</b> (80,06)
<b>2. Destinações</b> (-) Benefícios (-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	<b>(823)</b> (749) (74)	<b>(692)</b> (611) (81)	<b>18,93</b> 22,59 (8,64)
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b> (+/-) Provisões Matemáticas (+/-) Fundos Previdenciais (+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	<b>(691)</b> (231) (463) 3	<b>(30)</b> 1.260 (1.103) (187)	<b>2.203,33</b> (118,33) (58,02) (101,60)
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>4.912</b>	<b>5.603</b>	<b>(12,33)</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b> (+/-) Fundos Administrativos	<b>184</b> 184	<b>194</b> 194	<b>(5,15)</b> (5,15)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO ESPECIAL N° 2  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
 (Em milhares de reais - R\$)

Descrição	Exercício atual	Exercício anterior	Variação (%)
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>11.171</b>	<b>10.775</b>	<b>3,68</b>
<b>1. Adições</b> (+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	<b>236</b> 236	<b>1.182</b> 1.182	<b>(80,03)</b> (80,03)
<b>2. Destinações</b> (-) Benefícios	<b>(828)</b> (828)	<b>(786)</b> (786)	<b>5,34</b> 5,34
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b> (+/-) Provisões Matemáticas (+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	<b>(592)</b> 428 (1.020)	<b>396</b> 1.720 (1.324)	<b>(249,49)</b> (75,12) (22,96)
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>10.579</b>	<b>11.171</b>	<b>(5,30)</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b> (+/-) Fundos Administrativos	<b>1.005</b> 1.005	<b>1.026</b> 1.026	<b>(2,05)</b> (2,05)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO BÁSICO  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
 (Em milhares de reais - R\$)

Descrição	Notas Explicativas	Exercício atual	Exercício anterior	Variação (%)
<b>1. Ativos</b>		<b>1.461.703</b>	<b>1.427.547</b>	<b>2,39</b>
Disponível		31	18	72,22
Recebível		53.573	53.389	0,34
Investimento		1.408.099	1.374.140	2,47
Títulos Públicos		357.342	374.626	(4,61)
Fundos de Investimento		996.745	961.872	3,63
Investimentos Imobiliários		28.760	14.407	99,63
Empréstimos		25.249	23.235	8,67
Outros Realizáveis		3	-	100,00
<b>2. Obrigações</b>		<b>32.675</b>	<b>30.081</b>	<b>8,62</b>
Operacional		1.209	1.291	(6,35)
Contingencial		31.466	28.790	9,29
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>		<b>58.851</b>	<b>60.453</b>	<b>(2,65)</b>
Fundos Administrativos		49.411	51.703	(4,43)
Fundos dos Investimentos		9.440	8.750	7,89
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3)</b>		<b>1.370.177</b>	<b>1.337.013</b>	<b>2,48</b>
Provisões Matemáticas	9	1.265.989	1.159.800	9,16
Superávit/Déficit Técnico	9	104.188	177.213	(41,21)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO ESPECIAL N° 1  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
 (Em milhares de reais - R\$)

Descrição	Notas explicativas	Exercício atual	Exercício anterior	Variação (%)
<b>1. Ativos</b>		<b>5.749</b>	<b>6.377</b>	<b>(9,85)</b>
Disponível		-	1	(100,00)
Recebível		190	200	(5,00)
Investimento		5.559	6.176	(9,99)
Fundos de Investimento		5.559	6.176	(9,99)
Outros Realizáveis		-	-	
<b>2. Obrigações</b>		<b>653</b>	<b>580</b>	<b>12,59</b>
Operacional		4	5	(20,00)
Contingencial		649	575	12,87
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>		<b>184</b>	<b>194</b>	<b>(5,15)</b>
Fundos Administrativos		184	194	(5,15)
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3)</b>		<b>4.912</b>	<b>5.603</b>	<b>(12,33)</b>
Provisões Matemáticas	9	3.169	3.400	(6,79)
Superávit/Déficit Técnico	9	853	850	0,35
Fundos Previdenciais		890	1.353	(34,22)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO ESPECIAL Nº 2  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
 (Em milhares de reais - R\$)

Descrição	Notas explicativas	Exercício atual	Exercício anterior	Variação (%)
<b>1. Ativos</b>		<b>11.589</b>	<b>12.203</b>	<b>(5,03)</b>
Disponível		-	1	(100,00)
Recebível		1.006	1.026	(1,95)
Investimento		10.583	11.177	(5,31)
Fundos de Investimento		10.581	11.174	(5,31)
Outros Realizáveis		2	3	(33,33)
<b>2. Obrigações</b>		<b>5</b>	<b>6</b>	<b>(16,67)</b>
Operacional		5	6	(16,67)
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>		<b>1.005</b>	<b>1.026</b>	<b>(2,05)</b>
Fundos Administrativos		1.005	1.026	(2,05)
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3)</b>		<b>10.579</b>	<b>11.171</b>	<b>(5,30)</b>
Provisões Matemáticas	9	9.968	9.540	4,49
Superávit/Déficit Técnico	9	611	1.631	(62,54)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - DPGA (CONSOLIDADA)  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
 (Em milhares de reais - R\$)

Descrição	Exercício atual	Exercício anterior	Variação (%)
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>52.923</b>	<b>50.119</b>	<b>5,59</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>3.530</b>	<b>7.575</b>	<b>(53,40)</b>
<b>1.1 Receitas</b>	<b>3.530</b>	<b>7.575</b>	<b>(53,40)</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	89	95	(6,32)
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.992	1.856	7,33
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	25	19	31,58
Resultado Positivo dos Investimentos	1.238	5.430	(77,20)
Reversão de Contingências	-	65	(100,00)
Outras Receitas	186	110	69,09
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>5.854</b>	<b>4.771</b>	<b>22,70</b>
<b>2.1 Administração Previdencial</b>	<b>3.862</b>	<b>2.888</b>	<b>33,73</b>
Pessoal e encargos	1.863	1.227	51,83
Treinamentos/congressos e seminários	24	17	41,18
Viagens e estadias	29	15	93,33
Serviços de terceiros	1.125	900	25,00
Despesas gerais	777	702	10,68
Depreciações e amortizações	37	23	60,87
Outras despesas	7	4	75,00
<b>2.2 Administração dos Investimentos</b>	<b>1.992</b>	<b>1.883</b>	<b>5,79</b>
Pessoal e encargos	1.141	989	15,37
Treinamentos/congressos e seminários	13	13	-
Viagens e estadias	26	20	30,00
Serviços de terceiros	392	317	23,66
Despesas gerais	393	525	(25,14)
Depreciações e amortizações	19	17	11,76
Contingências	5	-	100,00
Outras despesas	3	2	50,00
<b>4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)</b>	<b>(2.324)</b>	<b>2.804</b>	<b>(182,88)</b>
<b>5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)</b>	<b>(2.324)</b>	<b>2.804</b>	<b>(182,88)</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)</b>	<b>50.599</b>	<b>52.923</b>	<b>(4,39)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - PLANO BÁSICO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
(Em milhares de reais - R\$)

Descrição	Exercício atual	Exercício anterior	Variação (%)
<b>Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)</b>	<b>1.412.292</b>	<b>1.375.843</b>	<b>2,65</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>1.265.989</b>	<b>1.159.799</b>	<b>9,16</b>
<b>1.1 Benefícios Concedidos</b>	<b>1.133.687</b>	<b>1.046.615</b>	<b>8,32</b>
Benefício Definido	1.133.687	1.046.615	8,32
<b>1.2 Benefícios a Conceder</b>	<b>132.302</b>	<b>113.184</b>	<b>16,89</b>
Contribuição Definida	5.027	5.996	(16,16)
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	4.500	5.340	(15,73)
Saldo de Contas - parcela participantes	527	656	(19,66)
Benefício Definido	127.275	107.188	18,74
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>104.188</b>	<b>177.213</b>	<b>(41,21)</b>
<b>2.1 Resultados Realizados</b>	<b>104.188</b>	<b>177.213</b>	<b>(41,21)</b>
Superávit técnico acumulado	104.188	177.213	(41,21)
Reserva de contingência	104.188	177.213	(41,21)
<b>3. Fundos</b>	<b>9.440</b>	<b>8.750</b>	<b>7,89</b>
<b>3.1. Fundos dos Investimento - Gestão Previdencial</b>	<b>9.440</b>	<b>8.750</b>	<b>7,89</b>
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>1.209</b>	<b>1.291</b>	<b>(6,35)</b>
<b>4.1. Gestão Previdencial</b>	<b>827</b>	<b>787</b>	<b>5,08</b>
<b>4.2. Investimentos - Gestão Previdencial</b>	<b>382</b>	<b>504</b>	<b>(24,21)</b>
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>31.466</b>	<b>28.790</b>	<b>9,29</b>
<b>5.1. Gestão Previdencial</b>	<b>31.466</b>	<b>28.790</b>	<b>9,29</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - PLANO ESPECIAL Nº 1  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
(Em milhares de reais - R\$)

Descrição	Exercício atual	Exercício anterior	Variação (%)
<b>Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)</b>	<b>5.565</b>	<b>6.182</b>	<b>(9,98)</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>3.169</b>	<b>3.400</b>	<b>6,79</b>
<b>1.1 Benefícios Concedidos</b>	<b>3.169</b>	<b>3.400</b>	<b>(6,79)</b>
Benefício Definido	3.169	3.400	(6,79)
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>853</b>	<b>850</b>	<b>0,35</b>
<b>2.1 Resultados Realizados</b>	<b>853</b>	<b>850</b>	<b>0,35</b>
Superávit técnico acumulado	853	850	0,35
Reserva de contingência	792	850	(6,82)
Reserva para revisão de plano	61	-	100,00
<b>3. Fundos</b>	<b>890</b>	<b>1.353</b>	<b>(34,22)</b>
<b>3.1. Fundos Previdenciais</b>	<b>890</b>	<b>1.353</b>	<b>(34,22)</b>
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>-</b>
<b>4.1. Gestão Previdencial</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>-</b>
<b>4.2. Investimentos - Gestão Previdencial</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>-</b>
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>649</b>	<b>575</b>	<b>12,87</b>
<b>5.1. Gestão Previdencial</b>	<b>649</b>	<b>575</b>	<b>12,87</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - PLANO ESPECIAL Nº 2  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
 (Em milhares de reais - R\$)

Descrição	Exercício atual	Exercício anterior	Variação (%)
<b>Provisões Técnicas (1+2+4)</b>	<b>10.584</b>	<b>11.177</b>	<b>(5,31)</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>9.968</b>	<b>9.540</b>	<b>4,49</b>
<b>1.1 Benefícios Concedidos</b>	<b>9.968</b>	<b>9.540</b>	<b>4,49</b>
Benefício Definido	9.968	9.540	4,49
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>611</b>	<b>1.631</b>	<b>(62,54)</b>
<b>2.1 Resultados Realizados</b>	<b>611</b>	<b>1.631</b>	<b>(62,54)</b>
Superávit técnico acumulado	611	1.631	(62,54)
Reserva de contingência	611	1.631	(62,54)
<b>4 . Exigível Operacional</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>(16,67)</b>
<b>4.1. Gestão Previdencial</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>100,00</b>
<b>4.2. Investimentos - Gestão Previdencial</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>(40,00)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012**

(Em milhares de reais – R\$)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Bandeprev - Bandepe Previdência Social (“Entidade” ou “BANDEPREV”) é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, constituída em conformidade com a Lei Complementar nº 109/01, autorizada a funcionar por prazo indeterminado, tendo como patrocinadores em seus planos de benefícios, todos fechados para novas adesões, as empresas a seguir:

Número	Planos	Patrocinadores		
		Banco Bandepe S.A.	BANDEPREV	Banco Santander (Brasil) S.A.
1	Básico (CNPB nº 1980001911)	X	X	X
2	Especial nº 1 (CNPB nº 1998005992)	X	-	-
3	Especial nº 2 (CNPB nº 1998006018)	X	-	-

A Entidade é dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, tendo como finalidade instituir e executar planos de benefícios de natureza previdenciária. A mesma obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social, através da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e as Resoluções específicas do Banco Central do Brasil – BACEN e do Conselho Monetário Nacional - CMN.

Os planos de benefícios administrados pela Entidade têm como objetivo principal a concessão de benefícios previdenciários de acordo com as regras de cada regulamento.

São três Planos de Benefícios, inscritos no CNPB - Cadastro Nacional de Planos de Benefícios da PREVIC, todos na modalidade de benefício definido.

Os benefícios dos Planos são:

Plano Básico:

- Suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por invalidez, por idade e especial;
- Suplementação de auxílio-doença e de auxílio-reclusão;
- Suplementação de abono anual e de pensão;
- Benefício proporcional diferido; e
- Pecúlio por morte.

Plano Especial nº 1 de Aposentadoria Suplementar:

- Especial de suplementação;
- Suplementação de abono anual e de pensão; e
- Pecúlio por morte.

Plano Especial nº 2 de Aposentadoria Suplementar

- Especial de suplementação; e
- Suplementação de abono anual.

Em 31 de dezembro de 2013, conforme Parecer Atuarial, a Entidade, em seus planos de benefícios, possui um total de 251 participantes ativos (290 em 2012), 31 participantes autopatrocinados (15 em 2012), 17 participantes em BPD (18 em 2012) e 1.820 assistidos (1.806 em 2012).

As principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração do patrimônio social em 2013 foram:

	Plano Básico	Plano Especial nº 1	Plano Especial nº 2
Taxa real de juros	5% a.a.	4% a.a.	4% a.a.
Projeção de crescimento real de salário	0,5% a.a.	Não aplicável	Não aplicável
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.
Hipótese sobre rotatividade	0,30/(Tempo de Serviço +1) *	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 Feminina suavizada em 10%	AT 2000 - suavizada em 3 anos	AT 2000 - suavizada em 3 anos
Tábua de mortalidade de inválidos	UP 84 + 2 anos	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de entrada em invalidez	Light Média	Não aplicável	Não aplicável

\* Considera apenas o tempo de serviço acumulado no patrocinador independente do nível salarial.

Em 2013, em atendimento a Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28/03/2006 e Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/12/2012, foi elaborado pela empresa de análises atuariais Mercer um estudo técnico de aderência das hipóteses atuariais utilizadas e adequação da hipótese de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamentos de benefícios.

As principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração do patrimônio social em 2013 sofreram as alterações a seguir, comparadas com as utilizadas no exercício de 2012, conforme recomendado no citado estudo técnico elaborado pela Mercer. No Plano Básico: Tábua de mortalidade geral de AT-2000 segregada por gênero para AT-2000 feminina suavizada em 10%; Tábua de entrada em invalidez, de Light Média, agravada em 4 anos para Light Média sem agravamento; Rotatividade passou a considerar apenas o tempo de serviço acumulado no patrocinador independente do nível salarial, por meio da seguinte formulação:  $0,30/(\text{tempo de serviço em anos} + 1)$ .

Com relação à Taxa Real Anual de Juros, o estudo técnico referido, concluiu que o Plano Básico poderia adotar uma taxa de juros de até 5,70% a.a. para o encerramento do exercício 2013, entretanto, considerando que o plano já adotava a taxa de desconto de 5% a.a. nas avaliações atuariais de encerramento de exercícios anteriores, o Conselho Deliberativo da Entidade decidiu manter esta taxa de 5% a.a., com o objetivo de conferir uma posição mais conservadora para as provisões matemáticas do plano.

O mesmo estudo, em relação aos Planos Especiais 1 e 2 de Aposentadoria Suplementar, concluiu pela manutenção das hipóteses atuariais, incluindo a Taxa Real Anual de Juros de 4%, utilizada na avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2012, situação que foi homologada pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução da Secretaria da Previdência Complementar - SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC ITG 2001 e as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo CNPC.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa e do valor adicionado. A estrutura da planificação contábil padrão das entidades fechadas de previdência complementar ("EFPC") reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27 e pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

A Entidade apresenta, mensalmente, balancetes por plano de benefícios e o PGA - Plano de Gestão Administrativa, além do consolidado, segregando os registros contábeis por plano, segundo a natureza e o custeio. Assim sendo, as demonstrações contábeis são apresentadas neste relatório de forma consolidada e, quando necessário, são segregadas por plano de benefícios, objetivando maior transparência na real visualização da situação patrimonial e de resultado dos planos de benefícios.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem os saldos das contas dos Planos: Básico, Especial nº 1 e nº 2 de Aposentadoria Suplementar e Plano de Gestão Administrativa - PGA.

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para elaboração das demonstrações contábeis são aquelas determinadas pela PREVIC e pelo CNPC.

São resumidas como segue:

### a) Disponibilidades

Estão apresentadas, basicamente, por valores referentes a depósitos em contas correntes.

### b) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram elaboradas com base em fatores objetivos que incluem as avaliações dos ativos a valor de mercado, as provisões matemáticas e as provisões contingenciais. A liquidação



das transações envolvendo essas provisões, por serem estimadas, pode gerar resultados divergentes.

c) Resultado das operações

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência.

d) Realizável

### **Gestão Previdencial**

O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores e direitos da Entidade relativos às contribuições dos patrocinadores e participantes (ativos) e assistidos, adiantamentos de benefícios e depósitos judiciais de contingências provisionadas, inerentes aos planos de benefícios.

### **Gestão Administrativa**

O realizável da gestão administrativa é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa e depósitos judiciais de ações fiscais provisionadas, inerentes ao PGA, utilizando-se para sua cobertura a receita prevista no plano de custeio anual calculada pelo atuário, que é apropriada mensalmente, e o Fundo Administrativo Disponível.

Conforme determinação da PREVIC, as despesas de administração são desmembradas em despesas de administração previdencial e despesas de administração dos investimentos, tendo como base o critério de rateio aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade Ata nº 013/2012 de 27 de dezembro de 2012.

### **Investimentos**

- Títulos de renda fixa e renda variável

Em atendimento à Resolução CGPC/MPAS nº 4, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias, a saber:

- Títulos para negociação - registram os títulos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado, e seus efeitos são reconhecidos em conta específica no resultado do exercício; e
- Títulos mantidos até o vencimento - registram os títulos que a Entidade tenha a intenção e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, desde que com prazo a decorrer mínimo de 12 meses da data de aquisição e classificados como de baixo risco por agência de risco do país, os quais serão avaliados pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

Os fundos de investimentos financeiros são avaliados pelo valor da cota, informado pelos administradores dos fundos nas datas dos balanços.

- Custódia de títulos

As aplicações no segmento de renda fixa são registradas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC e na Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP, e os investimentos em ações são registrados na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC, por meio do Banco Santander (Brasil) S.A., em atendimento à Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009.

- Investimentos imobiliários

Os imóveis estão ajustados ao valor decorrente das reavaliações realizadas. As depreciações das construções são calculadas pelo método linear às taxas entre 2,27% e 5,00% ao ano, considerando a vida útil remanescente estipulada nos laudos de avaliação.

- Operações com participantes

Estão representadas por empréstimos concedidos a participantes (ativos) e assistidos, os quais estão demonstrados pelos saldos originais acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço pela Taxa Referencial - TR mais juros que variam de 0,95% a 2% ao mês, de acordo com o período de sua concessão.

A provisão para perda é efetuada para aqueles contratos que se encontram em cobrança judicial conforme regulamento de empréstimos.

### **e) Ativo permanente**

O imobilizado registra os bens móveis e imóveis, que são utilizados na administração e em gastos com aquisição e desenvolvimento de sistemas de processamento de dados. O Imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição e considera a depreciação de acordo com a vida útil estimada dos bens.

#### **f) Exigível operacional**

É demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, estando representado pelas obrigações decorrentes de direito a benefícios pelos participantes (ativos) e assistidos, prestação de serviços de terceiros e obrigações fiscais.

#### **g) Exigível contingencial**

É composto das provisões para contingências que visam proteger o patrimônio de eventuais sentenças desfavoráveis que possam gerar perdas à Entidade, estimadas em atendimento à Resolução CNPC nº 8, que adota o CPC 25 – Provisões para passivos contingentes e ativos contingentes, que determina o reconhecimento das ações judiciais classificadas como perda provável, além das obrigações legais.

#### **h) Exigível Atuarial - Provisões Matemáticas**

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são determinadas em bases atuariais, sob a responsabilidade dos atuários externos contratados pela Entidade e são constituídas para fazer face aos compromissos relativos dos benefícios concedidos e a conceder aos participantes (ativos), aos assistidos e aos seus beneficiários.

A provisão de benefícios concedidos representa o valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para com os assistidos que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, aposentadorias e pensões.

A provisão de benefícios a conceder representa a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual das contribuições futuras dos patrocinadores e participantes (ativos).

O cálculo atuarial das provisões matemáticas tem por base os seguintes métodos:

- (i) Agregado, para avaliação do benefício de aposentadoria, pensão e pecúlio; e
- (ii) Repartição simples, para avaliação dos demais benefícios do plano, excetuando o benefício de auxílio-doença pago na forma de renda após os dois primeiros anos de sua concessão, que é calculado por capitalização. A estrutura do cálculo atuarial contempla uma taxa de retorno dos investimentos à razão de 5% ao ano. (Plano Básico).

#### **i) Fundos Previdenciais**

Em 31/12/2011, o Fundo Previdencial do Plano Especial nº 1 registrou um montante de R\$ 2.456, sendo R\$ 1.767 como Revisão de Plano - Patrocinador 2010 e R\$ 689 Revisão de Plano - Patrocinador 2011.

Em atendimento à Resolução CGPC nº 26/2008, foi encaminhado à PREVIC, em dezembro de 2011, para aprovação, projeto relativo à destinação do Fundo Previdencial para Revisão de Plano - Patrocinador 2010, que representava, em 31/12/2011, o montante de R\$ 1.767.

A destinação incluiu reversão de valores a Patrocinadora e a criação dos benefícios de pensão e pecúlio por morte para os assistidos do plano. Em maio de 2012, o citado projeto foi aprovado pela PREVIC e, em junho, foi paga a primeira parcela de um total de 4 (quatro) parcelas, no valor de R\$ 362, ao Patrocinador (Banco Bandepe S.A.) e a reversão de R\$ 392, relativa aos novos benefícios de pensão e pecúlio por morte. Em junho de 2013, foi paga a segunda parcela, no valor de R\$ 391.

A Reserva de Contingência, do Plano Especial nº 1, foi constituída conforme o disposto no parágrafo único do Artigo 7º da Resolução CGPC nº 26/2008, tendo sido revertidos R\$ 581 do Fundo Previdencial para Revisão de Plano - Recursos Destinados em 2011, para recomposição da Reserva de Contingência de 25% do valor das Reservas Matemáticas de Benefício Definido. Esta recomposição se fez necessária em razão da revisão das hipóteses de tábua de mortalidade e taxa real anual de juros, ocorrida no exercício 2012.

Em 31/12/2012, o Fundo Previdencial do Plano Especial nº 1 registrou um montante de R\$ 1.353, sendo R\$ 1.167 como Revisão de Plano - Patrocinador 2010 e R\$ 186 Revisão de Plano - Patrocinador 2011. Em 31/12/2013, o Fundo Previdencial registrou um montante de R\$ 890, sendo R\$ 794 como Revisão de Plano - Patrocinador 2010 e R\$ 96 Revisão de Plano - Patrocinador 2011.

A alteração no Regulamento do Plano Especial nº 1, aprovada no exercício de 2013, teve por objetivo viabilizar a distribuição de valores constantes no Fundo Previdencial para Revisão de Plano – Recursos Destinados em 2011 aos Participantes Assistidos, em atendimento às disposições da Resolução CGPC nº 26 de 20/09/2008, em particular a aplicação do artigo 23, da subseção II, “Da Melhoria dos Benefícios”, e não impactou o resultado auferido pelo Plano no exercício.

Foi verificado que, no exercício de 2014, a Entidade poderá utilizar os valores alocados no Fundo Previdencial para Revisão do Plano – Recursos destinados em 2010, do Plano Especial nº 1, na forma ho-

mologada pela Diretoria Executiva da Entidade e aprovada pela Portaria PREVIC nº 260, de 22/05/2012, sem que haja impacto no equilíbrio financeiro do Plano, observando nas próximas avaliações atuariais, o nível mínimo da Reserva de Contingência, conforme previsto nas Resoluções citadas acima.

A utilização dos recursos remanescentes alocados no Fundo Previdencial do Plano Especial nº 1 para Revisão de Plano – Recurso destinado em 2011 depende de definição pelo Conselho Deliberativo e Patrocinador quanto a sua forma e prazo, sendo que, caso haja opção pela reversão de recursos ao Patrocinador, prevista na Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008 alterada pela Resolução CNPC nº 10, de 19/12/2012, será necessária a aprovação prévia da PREVIC, observando nas próximas avaliações atuariais o mínimo da Reserva de Contingência, conforme previsto nas Resoluções mencionadas acima.

#### j) Fundos Administrativos e de Investimentos

A Entidade é dotada dos seguintes Fundos Administrativos:

- (i) Fundo Administrativo Mínimo: representa os recursos utilizados para aquisição do ativo permanente;
- (ii) Fundo Administrativo Disponível - representa os recursos disponíveis para utilização pela entidade para cobertura de sua despesa administrativa, aquisição de bens, etc.; e
- (iii) Fundo Administrativo INSS - representa a contrapartida dos valores a receber ou compensar decorrentes de decisão judicial favorável concedida à Entidade, relativos ao INSS sobre honorários de autônomos, pagos indevidamente.

O Fundo de Investimentos tem como objetivo quitar, em caso de falecimento, os empréstimos contratados pelos participantes (ativos) e assistidos. Este fundo é constituído mediante a cobrança de taxa de risco quando da operação de empréstimos (1,5% para os assistidos e 0,75% para os ativos, sendo restituída em caso de renegociação/liquidação ou de 0,30% para os assistidos e 0,15% para os ativos sem restituição, levando em consideração o prazo do empréstimo).

### 4. REALIZÁVEL

#### 4.1. Gestão Previdencial

	2013	2012
Depósitos judiciais e recursais	4.118	1.613
Recursos a receber	13	15
Adiantamentos	36	21
Outros realizáveis	2	43
<b>Total</b>	<b>4.169</b>	<b>1.692</b>

Na rubrica “Depósitos Judiciais e Recursais” estão os valores desembolsados por ordem judicial, para pagamento de condenação e/ou para recorrer de decisões. Os registros relativos às movimentações dos depósitos recursais são conciliados através do sistema conectividade social da Caixa Econômica Federal. Relativamente aos depósitos judiciais a conciliação é realizada através dos comprovantes dos depósitos e de extratos solicitados a Caixa Econômica Federal dos processos que tiveram alvarás emitidos.

A rubrica de “Recursos a Receber” refere-se a valores devidos de contribuições previdenciais. Os “Adiantamentos” referem-se aos de benefícios previdenciais e abono anual.

#### 4.2 Gestão Administrativa

	2013	2012
Depósitos Judiciais / Recursais	59	66
Compensação e restituição de INSS autônomos	846	966
Adiantamentos a terceiros	10	148
Outros	10	8
<b>Total</b>	<b>925</b>	<b>1.188</b>

Os valores apresentados na rubrica “Compensação e Restituição de INSS autônomos” referem-se às compensações e restituições decorrentes de decisão judicial favorável concedida à Entidade, relativos ao INSS sobre honorários de autônomos. Durante o exercício 2013 foi recebido, através de precatório da Justiça Federal, o montante de R\$ 255, restando registrado em 2013 um saldo a restituir de R\$ 846.

Na rubrica Adiantamentos a Terceiros, encontra-se a baixa relativa à imobilização dos valores relativos à implantação do “Datacenter” da BANDEPREV.

## 4.3 Investimentos

### 4.3.1 Títulos Públicos e Fundos de Investimentos

a) Composição da carteira de títulos de renda fixa, renda variável e investimentos estruturados por plano:

	2013		2012
	Valor de custo (*)	Valor contábil	Valor contábil
<b>Plano Básico</b>			
Títulos mantidos até o vencimento	1.020.211	1.020.211	1.000.935
Renda Fixa	1.020.211	1.020.211	1.000.935
Títulos Securitizados	357.342	357.342	374.626
Cotas FI Recife Renda Fixa	662.869	662.869	626.309
Títulos para negociação	333.876	333.876	335.563
Renda Fixa	223.137	223.137	205.121
Cotas FI Bandeprev Multimercado Crédito Privado	219.830	219.830	204.399
Cotas FI Recife Renda Fixa	3.307	3.307	722
Renda Variável	100.791	100.791	112.851
Cotas FIC FI Olinda Ações	100.791	100.791	112.851
Investimentos Estruturados	9.948	9.948	17.591
Cotas FI Imobiliário	2.715	2.715	3.000
Cotas FI Capital Protegido Inst. Multimercado	7.233	7.233	14.591
<b>Total de Títulos Públicos/Fundo de Investimento</b>	<b>1.354.087</b>	<b>1.354.087</b>	<b>1.336.498</b>
	2013		2012
	Valor de custo (*)	Valor contábil	Valor contábil
<b>Plano Especial nº 1</b>			
Títulos para negociação			
Renda Fixa			
Cotas FI Bandeprev Multimercado Crédito Privado	-	-	6.176
Cotas FI Apolo Multimercado Crédito Privado	5.559	5.559	-
<b>Total</b>	<b>5.559</b>	<b>5.559</b>	<b>6.176</b>
	2013		2012
	Valor de custo (*)	Valor contábil	Valor contábil
<b>Plano Especial nº 2</b>			
Títulos para negociação			
Renda Fixa			
Cotas FI Bandeprev Multimercado Crédito Privado	-	-	11.174
Cotas FI Apolo Multimercado Crédito Privado	10.581	10.581	-
<b>Total</b>	<b>10.581</b>	<b>10.581</b>	<b>11.174</b>
PGA	2013		2012
	Valor de custo (*)	Valor contábil	Valor Contábil
Títulos para negociação			
Renda Fixa			
Cotas FI Bandeprev Multimercado Crédito Privado	-	-	52.092
Cotas FI Apolo Multimercado Crédito Privado	49.949	49.949	-
<b>Total</b>	<b>49.949</b>	<b>49.949</b>	<b>52.092</b>
<b>Total consolidado de Títulos públicos e fundos de investimentos</b>	<b>1.420.176</b>	<b>1.420.176</b>	<b>1.405.940</b>

(\*) Compreende os custos mais os rendimentos incorridos até a data de balanço.

Atendendo ao disposto na Resolução CGPC nº 04, o Plano Básico de benefícios, administrado pela Entidade, único detentor dos títulos mantidos até o vencimento, possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, incluindo aqueles mantidos nos fundos de investimento exclusivos.

b) Composição por prazo de vencimento:

PLANO BÁSICO	2013			2012		
	Mantidos para Negociação	Acima de 360 dias	Total	Mantidos para Negociação	Acima de 360 dias	Total
Descrição						
Títulos mantidos até o vencimento	-	1.020.211	1.020.211	-	1.000.935	1.000.935
Renda Fixa	-	1.020.211	1.020.211	-	1.000.935	1.000.935
Títulos Securitizados (1)	-	357.342	357.342	-	374.626	374.626
Cotas FI Recife Renda Fixa (2)	-	662.869	662.869	-	626.309	626.309
Títulos para negociação	333.876	-	333.876	335.563	-	335.563
Renda Fixa	223.137	-	223.137	205.121	-	205.121
Cotas FI Bandeprev Mult. Crédito Privado (3)	219.830	-	219.830	204.399	-	204.399
Cotas FI Recife Renda Fixa (2)	3.307	-	3.307	722	-	722
Renda Variável	100.791	-	100.791	112.851	-	112.851
Cotas FIC FI Olinda Ações	100.791	-	100.791	112.851	-	112.851
Investimentos Estruturados	9.948	-	9.948	17.591	-	17.591
Cotas FI Imobiliário	2.715	-	2.715	3.000	-	3.000
Cotas FI Capital Protegido Inst. Multimercado	7.233	-	7.233	14.591	-	14.591
<b>Total</b>	<b>333.876</b>	<b>1.020.211</b>	<b>1.354.087</b>	<b>335.563</b>	<b>1.000.935</b>	<b>1.336.498</b>

	2013			2012		
	Mantidos para Negociação	Acima de 360 dias	Total	Mantidos para Negociação	Acima de 360 dias	Total
Descrição						
Plano Especial nº 1						
Títulos para negociação - Renda Fixa						
Cotas FI Bandeprev Multimercado						
Crédito Privado	-	-	-	6.176	-	6.176
Cotas FI Apolo Multimercado Crédito Privado (3)	5.559	-	5.559	-	-	-
<b>Total</b>	<b>5.559</b>	<b>-</b>	<b>5.559</b>	<b>6.176</b>	<b>-</b>	<b>6.176</b>

	2013			2012		
	Mantidos para Negociação	Acima de 360 dias	Total	Mantidos para Negociação	Acima de 360 dias	Total
Descrição						
Plano Especial nº 2						
Títulos para negociação - Renda Fixa						
Cotas FI Bandeprev Multimercado Crédito Privado	-	-	-	11.174	-	11.174
Cotas FI Apolo Multimercado Crédito Privado (3)	10.581	-	10.581	-	-	-
<b>Total</b>	<b>10.581</b>	<b>-</b>	<b>10.581</b>	<b>11.174</b>	<b>-</b>	<b>11.174</b>

PGA	2013			2012		
	Mantidos para Negociação	Acima de 360 dias	Total	Mantidos para Negociação	Acima de 360 dias	Total
Descrição						
Títulos para negociação - Renda Fixa						
Cotas FI Bandeprev Multimercado Crédito Privado	-	-	-	52.092	-	52.092
Cotas FI Apolo Multimercado Crédito Privado (3)	49.949	-	49.949	-	-	-
<b>Total</b>	<b>49.949</b>	<b>-</b>	<b>49.949</b>	<b>52.092</b>	<b>-</b>	<b>52.092</b>

(1) Os títulos securitizados referem-se a títulos públicos federais (ESTI 980315 - Assunção de Dívida do Estado de Pernambuco), os quais são atualizados pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, acrescidos de juros de 6% ao ano. Esses títulos possuem pagamento anual de juros e principal em 15 de janeiro de cada ano, com vencimento final em 15 de janeiro de 2022.

(2) A carteira do fundo de investimentos de renda fixa exclusivo (mantida até o vencimento) está assim distribuída:

	2013			
	Natureza	Vencimento Até 12 meses	Vencimento Após 12 meses	Total
Títulos mantidos até o vencimento:				
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Pública	-	662.943	662.943
Operações Compromissadas - LTN over	Pública	3.307	-	3.307
Valores Líquidos a pagar dos Fundos		(74)	-	(74)
<b>Total</b>		<b>3.233</b>	<b>662.943</b>	<b>666.176</b>



(3) A carteira do fundo de investimentos de renda fixa exclusivo (mantida para negociação) está assim distribuída:

2013				
Plano Básico	Natureza	Vencimento		Total
		Até 12 meses	Após 12 meses	
Títulos para negociação:				
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Pública	12.613	115.567	128.180
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Pública	708	10.023	10.731
Certificados de Depósito Bancário - CDB	Privada	19.529	-	19.529
Operações Compromissadas	Pública	12.115	2.050	14.165
Debêntures não conversíveis em ações	Privada	2.095	12.419	14.514
FIDC- Fundo de Direitos Creditórios	Privada	-	16.060	16.060
Letras Financeiras - LF	Privada	-	7.721	7.721
Letras do Tesouro Nacional - LTN	Pública	-	4.860	4.860
Letras Financeiras Subordinadas - LFS	Privada	-	4.123	4.123
Valores Líquidos a pagar dos Fundos		(53)	-	(53)
<b>Total</b>		<b>47.007</b>	<b>172.823</b>	<b>219.830</b>

2013				
Plano Especial nº 1	Natureza	Vencimento		Total
		Até 12 meses	Após 12 meses	
Títulos para negociação:				
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Pública	429	2.594	3.023
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Pública	14	39	53
Certificados de Depósito Bancário - CDB	Privada	468	-	468
Operações Compromissadas	Pública	289	665	955
Debêntures não conversíveis em ações	Privada	50	287	337
FIDC- Fundo de Direitos Creditórios	Privada	-	386	386
Letras Financeiras - LF	Privada	-	166	166
Letras do Tesouro Nacional - LTN	Pública	-	115	115
Letras Financeiras Subordinadas - LFS	Privada	-	58	58
Valores Líquidos a pagar dos Fundos		-	-	-
<b>Total</b>		<b>1.249</b>	<b>4.310</b>	<b>5.559</b>

2013				
Plano Especial nº 2	Natureza	Vencimento		Total
		Até 12 meses	Após 12 meses	
Títulos para negociação:				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Pública	26	74	100
Letras do Tesouro Nacional - LTN	Pública	-	220	220
Letras Financeiras - LF	Privada	-	316	316
Letras Financeiras Subordinadas - LFS	Privada	-	110	110
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Pública	816	4.937	5.753
Certificados de Depósito Bancário - CDB	Privada	890	-	890
Debêntures não conversíveis em ações	Privada	95	547	641
FIDC- Fundo de Direitos Creditórios	Privada	-	734	734
Operações Compromissadas	Pública	551	1.266	1.817
Valores Líquidos a pagar dos Fundos		(1)	-	(1)
<b>Total</b>		<b>2.378</b>	<b>8.203</b>	<b>10.581</b>

PGA	Natureza	2013		
		Vencimento		Total
		Até 12 meses	Após 12 meses	
Títulos para negociação:				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Pública	125	348	472
Letras do Tesouro Nacional - LTN	Pública	-	1.037	1.037
Letras Financeiras - LF	Privada	-	1.490	1.490
Letras Financeiras Subordinadas - LFS	Privada	-	522	522
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Pública	3.853	23.305	27.159
Certificados de Depósito Bancário - CDB	Privada	4.203	-	4.203
Debêntures não conversíveis em ações	Privada	447	2.581	3.028
FIDC- Fundo de Direitos Creditórios	Privada	-	3.466	3.466
Operações Compromissadas	Pública	2.600	5.977	8.577
Valores Líquidos a pagar dos Fundos		(4)	-	(4)
<b>Total</b>		<b>11.224</b>	<b>38.725</b>	<b>49.949</b>

#### 4.3.2 Investimentos Imobiliários

##### i) Uso Próprio

Endereço	Cidade/UF	Valor contábil até 09/2013	Valor da reavaliação	Ganho na reavaliação
Rua Apolo, 91, Bairro do Recife	Recife - PE	468	1.242	774
<b>Total</b>		<b>468</b>	<b>1.242</b>	<b>774</b>

##### ii) Locadas a Patrocinador

Endereço	Cidade/UF	Valor contábil até 09/2013	Valor da reavaliação	Ganho na reavaliação
Av. Rio Branco, 23, Bairro do Recife	Recife - PE	691	2.021	1.330
Av. Caxangá, 303, Madalena	Recife - PE	590	1.562	972
Estrada do Arraial, 3874, Casa Amarela	Recife - PE	847	2.099	1.252
Rua Sete de Setembro, 484, Boa Vista	Recife - PE	443	1.011	568
Rua da Concórdia, 647, São José	Recife - PE	447	1.304	857
<b>Total</b>		<b>3.018</b>	<b>7.997</b>	<b>4.979</b>

##### iii) Locadas a Terceiros

Endereço	Cidade/UF	Valor contábil até 09/2013	Valor da reavaliação	Ganho na reavaliação
Praça Barão do Rio Branco, s/nº	Alagoinhas - PE	31	70	39
Praça Agamenon Magalhães, 170	Altinho - PE	64	148	84
Av. Cleto Campelo, 61	Belém de Maria - PE	32	96	64
Rua Tiradentes, s/nº	Cedro - PE	39	106	67
Av. Presidente Kennedy, s/nº	Frei Miguelinho - PE	35	88	53
Praça Félix Tenório, s/nº	Iati - PE	61	135	74
Centro Comercial do Município, s/nº	Iguaraci - PE	49	128	79
Praça Dona Maria dos Prazeres, s/ nº	Inajá - PE	33	71	38
Av. Francisco Santos, s/nº	Itapetim - PE	52	135	83
Rua Expedicionário Inácio Aleixo de Araújo, s/nº	Jataúba - PE	67	133	66
Rua Barão do Rio Branco, 223	Lagoa dos Gatos - PE	43	113	70
Av. Governador Paulo Guerra, s/nº	Machados - PE	50	115	65
Av. Gov. Estácio Coimbra, s/nº	Orobó - PE	71	126	55
Localizado no Pátio do Mercado Público s/nº	Passira - PE	68	141	73
Rua Rufino Marques, 04,	Pedra - PE	45	140	95
Rua João Correia, s/nº	Poção - PE	25	68	43
Rua Coronel Joaquim Bezerra, s/nº	Riacho das Almas - PE	63	147	84
Praça Agamenon Magalhães, s/ nº	Saloá - PE	64	127	63
Rua Agamenon Magalhães, s/ nº	Santa Terezinha - PE	37	108	71
Travessa Andreilino Rafael, s/ nº	Tuparetama - PE	39	95	56
Rua da Hora, 670 Espinheiro	Recife - PE	302	773	471
Rua Padre Carapuiceiro, 733 Boa Viagem, s 701	Recife - PE	404	668	264
Rua Padre Carapuiceiro, 733 Boa Viagem, s 702	Recife - PE	404	668	264
Rua Padre Carapuiceiro, 733 Boa Viagem, s 801	Recife - PE	409	670	261
Rua Padre Carapuiceiro, 733 Boa Viagem, s 802	Recife - PE	409	670	261
<b>Total</b>		<b>2.896</b>	<b>5.739</b>	<b>2.843</b>
<b>Ganho Total</b>				<b>8.596</b>

	2013	2012
Edificações de uso próprio	1.967	1.242
Edificações locadas à patrocinadora - Banco Santander Brasil S.A.	16.752	8.047
Edificações locadas a terceiros	10.147	5.808
(-) Depreciações acumuladas	(106)	(690)
<b>Total</b>	<b>28.760</b>	<b>14.407</b>

A Entidade, em atendimento ao item 19, letras h, j e k do Anexo A da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, reavaliou todos os imóveis em 28 de junho de 2013, sendo ajustado contabilmente em outubro de 2013. As referidas reavaliações foram efetuadas com base na norma NBR nº 14.653 - partes 1 e 2 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. Os laudos de avaliação foram emitidos pela empresa Valor Engenharia de Avaliação e Perícia Ltda.

#### 4.3.3 Empréstimos

O saldo do exercício de 2013, no montante de R\$ 25.249 (R\$ 23.235 em 2012), refere-se a empréstimos aos participantes ativos e assistidos.

### 5. EXIGÍVEL OPERACIONAL

#### 5.1 Gestão Previdencial

	2013	2012
Retenções previdenciais (a)	352	329
Provisão para reserva de poupança (b)	406	412
Outros	73	50
<b>Total</b>	<b>831</b>	<b>791</b>

(a) Trata-se do saldo a recolher correspondente à retenção de tributos efetuada sobre os benefícios previdenciários.

(b) Ex-participantes que não sacaram a reserva de poupança.

#### 5.2 Gestão Administrativa

	2013	2012
Serviços de terceiros	43	148
Retenções a recolher	271	124
Provisões para férias e encargos sociais	90	81
<b>Total</b>	<b>404</b>	<b>353</b>

### 6. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A composição e a movimentação das provisões para contingências, que visam proteger o patrimônio de eventuais sentenças desfavoráveis, estão registrados e demonstrados em conformidade com a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e são como segue:

	Em 1º de janeiro de 2013	Constituição (reversão/pagamentos) no exercício	Em 31 de dezembro de 2013
Contingências previdenciais	29.365	2.751	32.116
Contingências trabalhistas	586	6	592
Total das Provisões	29.951	2.757	32.708

As contingências previdenciais referem-se a ações cíveis e na justiça do trabalho, movidas em sua maioria pelos assistidos que questionam o valor e/ou a correção dos benefícios. A Entidade provisiona os valores em risco informados pelos advogados externos cuja probabilidade de perda seja provável.

## 7. PATRIMÔNIO SOCIAL

Demonstrativo da Composição Consolidada:

Provisões matemáticas	2013	2012
Benefícios Concedidos	1.146.824	1.059.556
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	1.146.824	1.059.556
Valor Atual Benefícios Futuros Programados - Assistidos	947.419	867.712
Valor Atual Benefícios Futuros Não Programados – Assistidos	199.405	191.844
Benefícios a Conceder	132.302	113.184
Contribuição Definida	5.027	5.996
Saldo de Contas Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	4.500	5.340
Saldo de Contas - Parcela Participantes	527	656
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	117.248	99.004
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	135.998	116.061
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinador(es)	(2.246)	(2.272)
(-) Valor Atual Das Contribuições Futuras Participantes	(16.504)	(14.785)
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	10.027	8.184
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	10.486	8.715
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinador(es)	(208)	(208)
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	(251)	(323)
<b>Total das Provisões Matemáticas</b>	<b>1.279.126</b>	<b>1.172.740</b>

Equilíbrio técnico	2013	2012
Superávit Técnico Acumulado	105.653	179.694
Reserva de Contingência	105.592	179.694
Reserva Especial para Revisão de Plano	61	- -
Resultados Realizados	105.653	179.694
Fundos	2013	2012
Fundos Previdenciais	890	1.353
Fundos Administrativos	50.599	52.923
Fundos dos Investimentos	9.440	8.750
<b>Total dos Fundos</b>	<b>60.929</b>	<b>63.026</b>

## 8. CUSTEIO ADMINISTRATIVO

As despesas administrativas da Entidade são suportadas por contribuição específica das patrocinadoras de 0,63% sobre a folha de salário dos participantes (ativos) do Plano Básico, conforme taxa estabelecida quando da reavaliação atuarial, sendo os custos da administração dos investimentos deduzidos da rentabilidade obtida em cada mês, critério esse denominado “cota líquida”, e utilização do fundo administrativo.

As despesas administrativas específicas são alocadas separadamente para o respectivo plano de benefícios. O rateio das despesas entre a Gestão Previdencial e os Investimentos é efetuado na proporção da quantidade de funcionários alocados nas atividades previdenciais e de investimentos (em 2013, 66,67% para a gestão previdencial (em 2012, 57,14%) e 33,33% para os investimentos (em 2012, 42,86%). O rateio administrativo por plano de benefício é efetuado em função do volume de recursos financeiros de cada plano.

## 9. RESULTADO DO EXERCÍCIO POR PLANO

Plano Básico	Provisões matemáticas	Superávit técnico	Fundos
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.159.800	177.213	60.453
Constituição de provisões	106.189	-	-
Superávit técnico do exercício	-	(73.025)	-
Constituição/ reversão líquida de fundos	-	-	(1.602)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>1.265.989</b>	<b>104.188</b>	<b>58.851</b>

Plano Especial nº 1	Provisões matemáticas	Superávit técnico	Fundos
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.400	850	1.547
Constituição de provisões	(231)	-	-
Superávit técnico do exercício	-	3	-
Constituição/Reversão líquida de fundos	-	-	(473)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>3.169</b>	<b>853</b>	<b>1.074</b>

Plano Especial nº 2	Provisões matemáticas	Superávit técnico	Fundos
Saldo em 31 de dezembro de 2012	9.540	1.631	1.026
Constituição de provisões	428	-	-
Superávit técnico do exercício	-	(1.020)	-
Constituição/reversão líquida de fundos	-	-	(21)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>9.968</b>	<b>611</b>	<b>1.005</b>

O superávit técnico é constituído pelo excedente patrimonial em relação aos compromissos totais da Entidade. No Plano Básico, a redução do superávit de 2012 para 2013 foi proveniente de mudanças nas hipóteses atuariais tratadas na Nota 1 e pela rentabilidade real auferida pelos investimentos ter sido inferior à meta atuarial do plano. No caso do Plano Especial nº 2, o que levou a redução do superávit foi a baixa rentabilidade dos investimentos.

A reversão de parte do Fundo Previdencial no Plano Especial nº 1 encontra-se detalhada na nota explicativa nº 3 e o superávit em 2013 teve uma pequena oscilação positiva em comparação a 2012.

## 10. ORÇAMENTO GERAL

A Entidade elaborou os orçamentos gerais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 de acordo com o estabelecido na Resolução CNPC/MPAS nº 8, de 31 de outubro de 2011, Resolução CGPC/MPAS nº 29, de 31 de agosto de 2009, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

## 11. RENTABILIDADE DOS PLANOS

A rentabilidade líquida dos planos no exercício de 2013, obtida pela aplicação do patrimônio dos planos, utilizando o método da TIR (Taxa Interna de Retorno), assim distribuída: Plano Básico = 9,11%, Plano Especial nº 1 = 2,48%, Plano Especial nº 2 = 2,48% e PGA = 2,48%.

## 12. FATOS RELEVANTES

- Criado em 1986, por meio do Decreto-Lei nº 2.228, o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), cuja constituição contou com a participação obrigatória das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), patrocinadas pelo setor público, incluindo a BANDEPREV, onde tiveram que aplicar o equivalente a 30% de suas reservas técnicas (denominadas atualmente provisões matemáticas) nas "obrigações" desse Fundo. A publicação do Decreto-Lei nº 2.383/87 e emissão da Circular do Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, alterando, dentre outros aspectos, o indexador de atualização monetária dos valores investidos, acarretou prejuízo para os aplicadores. A Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP), após aprovação em Assembleia, ingressou com ação em 1991 contra União Federal, o BNDES e o FND, em favor das suas associadas. Em 29/11/2010, o processo transitou em julgado no Superior Tribunal de Justiça em favor das EFPCs e encontra-se em fase de execução. Em 13/01/2012 a União Federal ingressou com uma ação rescisória. Neste contexto e em virtude de que o registro da receita, decorrente dessa decisão judicial, depende ainda de confirmações e ajustes nos valores apurados, a BANDEPREV não efetuou até esta data qualquer registro contábil dos efeitos financeiros em suas demonstrações contábeis.
- Aprovado pela PREVIC em maio de 2012, o projeto relativo à destinação de superávit do Plano Especial nº 1 de Aposentadoria Suplementar, com reversão de valores ao patrocinador e alteração do regulamento do plano, especialmente para incluir os benefícios de pensão e pecúlio. Em junho de 2013 foi paga a segunda parcela de um total de 4 (quatro), no valor de R\$ 391 mil ao Patrocinador (Banco Bandepe S.A.), relativa à reversão de valores.
- Anulado à unanimidade dos membros da Câmara de Recursos da Previdência Complementar - CRPC, em novembro de 2012, o Auto de Infração nº 0016/09-89, lavrado contra Dirigentes e Conselheiros, que exerciam mandatos na BANDEPREV em 2002. O referido Auto de Infração foi proveniente do processo administrativo nº 4400003024/2006-90, relativamente à unificação patrimonial dos Grupos G0/G1 e G2, no Plano Básico de Benefícios, ocorrida em novembro de 2002.



- d) Determinado pela PREVIC, como consequência também do processo acima, através do ofício nº 119/SPC/DEFIS/CGFD/ESPE de dezembro de 2009, cujos efeitos estavam suspensos enquanto o Auto de Infração não fosse a julgamento, a apresentação pela BANDEPREV de um plano de ação para desfazer a unificação patrimonial dos Grupos G0/G1 e G2. Para atender a determinação da PREVIC, a BANDEPREV: i) contratou a empresa de consultoria MERCER HUMAN RESOURCE CONSULTING para apurar os patrimônios segregados dos Grupos G0/G1 e G2; e, ii) para que fosse dado seguimento ao cumprimento do que foi determinado, foi apresentado à PREVIC um plano de ação contendo um cronograma com datas e etapas a serem cumpridas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o referido cronograma foi rigorosamente cumprido, sendo que, em 22 de janeiro de 2014, foi expedida correspondência ao referido órgão fiscalizador com a informação de que os procedimentos continuavam sendo adotados internamente, permitindo que a Entidade, se for o caso, possa submeter à PREVIC, o processo de cisão do Plano Básico, segregando os Grupos G0/G1 do Grupo G2, dentro do prazo originalmente previsto, abril de 2014.
- e) Em 15 de abril de 2013, foi aprovada pela PREVIC proposta de alteração no Regulamento do Plano Especial nº 1 de Aposentadoria Suplementar, com a finalidade principal de incluir um capítulo específico para disciplinar à destinação e utilização da reserva especial.

### **13. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas para publicação pela Administração em 17 de março de 2014.

## V - PARECER ATUARIAL

### Plano Básico

#### 1 - Introdução

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano Básico (CNPB nº 1980.0019-11) mantido pela Bandeprev - Bandepe Previdência Social (CNPJ nº 11.001.963/0001-26), apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano referente às Patrocinadoras da Entidade em 31 de dezembro de 2013.

A partir de 15/12/2011 estão vedadas inscrições de novos Participantes neste Plano, caracterizando-se como plano em extinção.

Registramos que não é do nosso conhecimento a existência de qualquer interesse financeiro direto ou interesse material indireto, ou ainda relação pessoal que poderia gerar conflito de interesses que viesse a prejudicar a objetividade e a imparcialidade deste trabalho.

#### 2 - Perfil dos Participantes

A data base dos dados individuais relativos aos Participantes Ativos, Autopatrocinados, elegíveis ao Benefício Proporcional Diferido, Assistidos e Beneficiários utilizados no presente estudo foi 31/07/2013.

Esclarecemos que o cálculo das provisões matemáticas considera 100% da população que possui direito ao plano, com base em dados individuais da massa de participantes, não havendo, portanto, impactos relativos à margem de erro de amostragem aleatória nos resultados demonstrados.

#### Qualidade da Base Cadastral

Os dados individuais foram fornecidos pela Bandeprev à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Bandeprev a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas nas tabelas a seguir:

#### Participantes Ativos

Descrição	
Número	251
Idade Média (anos)	54,4
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	29,6
Tempo Médio de Contribuição (anos)	29,1
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	3,8
Salário Mensal Médio (R\$)	5.513
Folha Anual de Salários – 13 x (R\$ mil)	17.989

#### Participantes Autopatrocinados

Descrição	
Número	31
Idade Média (anos)	53,2
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	29,4
Tempo Médio de Contribuição (anos)	29,0
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	3,2
Salário Mensal Médio (R\$)	5.056
Folha Anual de Salários – 13x (R\$ mil)	2.038

#### Participantes em Benefício Proporcional Diferido

Descrição	
Número	17
Idade Média (anos)	51,4
Benefício Mensal Médio (R\$)	(*)

(\*) O benefício será calculado na data de concessão do benefício, observadas as disposições regulamentares.

**Participantes Assistidos e Beneficiários**

Descrição	
Aposentados	
Número	1.251
Idade Média (anos)	66,9
Benefício Mensal Médio em R\$	4.682
Aposentados Inválidos	
Número	252
Idade Média (anos)	58,6
Benefício Mensal Médio em R\$	2.234
Beneficiários	
Número	294
Idade Média (anos)	71,4
Benefício Mensal Médio em R\$	3.974
Total	
Número	1.797
Idade Média (anos)	66,5
Benefício Mensal Médio em R\$	4.223

Salientamos que para a definição do número de Beneficiários foi considerado o grupo familiar de cada ex-Participante, de tal forma que viúva e filhos de um mesmo ex-Participante corresponderem a um pensionista.

Os valores monetários apresentados correspondem aos valores nominais posicionados em 31/07/2013, projetados para 31/12/2013, refletindo o conceito de pico e capacidade.

**3 - Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados**

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo em longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

A seguir descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros <sup>(1)</sup>	5,0% a.a.
Projeção de crescimento real de salário <sup>(1) (2)</sup>	0,5% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS <sup>(1)</sup>	0,0% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano <sup>(1)</sup>	0,0% a.a.
Fator de capacidade para os salários	0,98
Fator de capacidade para os benefícios	0,98
Hipótese sobre rotatividade <sup>(3)</sup>	0,30 / (Tempo de Serviço + 1)
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 feminina suavizada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	UP-84 agravada em 2 anos
Tábua de entrada em invalidez	Light Média
Composição de Família de Pensionistas	<b>Participantes Ativos:</b> 90% serão casados e terão 2 filhos na aposentadoria, sendo que o cônjuge do sexo masculino será 4 anos mais velho. <b>Assistidos:</b> Utiliza-se a composição familiar real
Entrada em Aposentadoria	100% de probabilidade de aposentadoria na data da primeira elegibilidade a este benefício pelo plano
Outras Hipóteses não Referidas Anteriormente	100% dos participantes desligados optam pelo Benefício Proporcional Diferido

(1) O indexador utilizado é o INPC do IBGE

(2) A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pela Patrocinadora, levando em consideração a expectativa de reajustes salariais no longo prazo.

(3) A hipótese de rotatividade foi homologada pela Patrocinadora baseada na sua política de Recursos Humanos no longo prazo.

## Principais Riscos Atuariais

Considerando que o Plano está estruturado na modalidade Benefício Definido, todas as hipóteses adotadas afetam os valores das provisões matemáticas, sendo que os principais riscos atuariais do plano estão concentrados na rentabilidade futura e na sobrevivência.

Informamos que, em atendimento à Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28/03/2006, e da Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012, foi elaborado pela Mercer estudo técnico de aderência das hipóteses e da adequação da hipótese de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamentos de benefícios.

Este estudo, elaborado por atuário habilitado e legalmente responsável pelo plano, foi apreciado pelo Conselho Deliberativo e pelo Conselho Fiscal da entidade, e está disponível na sede da Entidade para conhecimento de participantes e patrocinadores e apresentação ao órgão fiscalizador sempre que requisitado.

Para esta avaliação atuarial de encerramento de exercício, conforme recomendado no citado estudo técnico e homologado pelos dirigentes da Entidade e Patrocinador do Plano, foi alterada a seguinte hipótese, com relação à avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2012:

- Tábua de Mortalidade Geral: alterada de AT-2000, segregada por gênero para AT-2000 feminina suavizada em 10%. A adoção da nova hipótese resulta em menores taxas de mortalidade para os participantes e, como consequência, em acréscimo nos valores dos compromissos.
- Rotatividade: alterada de: 0,45 / (tempo de serviço + 1) para Salários de Participação até 10 Salários-Mínimos; 0,30 / (tempo de serviço + 1) para Salário de Participação entre 10 e 20 Salários-Mínimos; e 0,15 / (tempo de serviço + 1) para Salário de Participação acima de 20 Salários-Mínimos; para 0,30 / (tempo de serviço + 1). A adoção da nova hipótese resulta em menores taxas de rotatividade para os participantes e, como consequência, em acréscimo nos valores dos compromissos.
- Entrada em Invalidez: foi eliminado o agravamento de 4 anos na tábua Light Média. A nova hipótese resulta em menor probabilidade de entrada em invalidez para os participantes e, como consequência, em acréscimo nos valores dos compromissos.

Com relação à Taxa Real Anual de Juros, o estudo técnico concluiu que o Plano Básico poderia adotar uma taxa de até 5,70% a.a. para o encerramento do exercício de 2013, entretanto, considerando que o plano já adotava a taxa de desconto de 5% a.a. nas avaliações atuariais de encerramento de exercícios anteriores, o Conselho da Entidade decidiu manter esta taxa com o objetivo de conferir uma posição mais conservadora para as provisões matemáticas do plano.

## Adequação dos Métodos de Financiamento

Os métodos atuariais adotados foram o “Agregado” para a avaliação dos benefícios de aposentadoria, pensão por morte e pecúlio e o de “Repartição Simples” para avaliação dos benefícios de Auxílio-Doença e Auxílio-Reclusão.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006, alterada pela Resolução CNPC nº 9/2012, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

## 4 - Posição das Provisões Matemáticas

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor e com os totais dos Saldos de Contas individuais informados pela Bandeprev, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2013 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e de Investimentos fornecidos pela Bandeprev posicionados em 31/12/2013.

Conta	Nome	R\$
2.3.0.0.00.00.00	Patrimônio Social	1.429.027.189,91
2.3.1.0.00.00.00	Patrimônio de Cobertura do Plano	1.370.176.726,00
2.3.1.1.00.00.00	Provisões Matemáticas	1.265.988.524,24
2.3.1.1.01.00.00	Benefícios Concedidos	1.133.686.838,00
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	-
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	-
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	1.133.686.838,00
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	934.282.262,00
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	199.404.576,00
2.3.1.1.02.00.00	Benefícios a Conceder	132.301.686,24
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	5.026.680,86
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador/Instituidor	4.499.700,20
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participante	526.980,66
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	117.248.428,12
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	135.998.571,00
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	2.246.196,88
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	16.503.946,00
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	10.026.577,26
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	10.485.688,00
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	207.584,74
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	251.526,00
2.3.1.1.03.00.00	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	-
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	-
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador	-
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	-
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	-
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador	-
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes	-
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos	-
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) Patrocinador	-
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) Participantes	-
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) Assistidos	-
2.3.1.2.00.00.00	Equilíbrio Técnico	104.188.201,76
2.3.1.2.01.00.00	Resultados Realizados	104.188.201,76
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	104.188.201,76
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	104.188.201,76
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	-
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	-
2.3.1.2.02.00.00	Resultados a Realizar	-
2.3.2.0.00.00.00	Fundos	58.850.463,91
2.3.2.1.00.00.00	Fundos Previdenciais	-
2.3.2.1.01.00.00	Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	-
2.3.2.1.02.00.00	Revisão de Plano	-
2.3.2.1.03.00.00	Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	-
2.3.2.2.00.00.00	Fundos Administrativos	49.410.654,57
2.3.2.3.00.00.00	Fundos dos Investimentos	9.439.809,34

Os valores das provisões matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano Básico vigente em 31 de dezembro de 2013. Não houve alteração regulamentar que gere impacto ou afetação no resultado do Plano Básico no exercício de 2013.

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano ora avaliado, assim como os valores registrados nos saldos das contas individuais, tendo se baseado na informação fornecida pela Bandeprev.



Em atendimento ao parágrafo 3º, do artigo 1º, da Resolução CGPC nº 04, de 30/01/2002, analisamos o estudo contratado pela Bandeprev, realizado no exercício de 2010, e atestamos que a capacidade de atendimento das necessidades de liquidez da Entidade, em função dos direitos dos participantes, das obrigações da entidade e do perfil do exigível atuarial de seu plano de benefícios, não fica prejudicada em função da intenção da manutenção dos títulos em carteira até seu vencimento.

Em relação à estruturação das Provisões observamos ainda o que se segue:

- a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e ao pecúlio por morte do aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e ao pecúlio por morte do inválido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).
- b) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).
- c) As provisões referentes à futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e de pecúlio por morte de futuro aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados).
- d) As provisões referentes a futura reversão da aposentadoria por invalidez em pensão por morte e de pecúlio por morte do futuro inválido calculada para participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).
- e) As provisões referentes a pensão por morte e pecúlio por morte de participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

#### **Variação nas Provisões Matemáticas**

O acréscimo de 9% no valor das provisões matemáticas, de R\$ 1.159.799.642,34 em 31/12/2012 para R\$ 1.265.988.524,24 em 31/12/2013, está consistente com a movimentação de participantes, aporte de contribuições, pagamento de benefícios e retorno dos investimentos observados no período.

#### **Variação do Resultado**

O Plano em 31/12/2013 manteve sua situação superavitária, com redução do valor do superávit em comparação à avaliação atuarial de encerramento do exercício anterior em 40%, de R\$ 177.212.769,61 para R\$ 104.188.201,76. Os principais fatores que levaram à redução do superávit no encerramento deste exercício foram a rentabilidade real auferida pelos investimentos (9,15%) ter sido inferior à meta atuarial do Plano (10,84%) e as alterações das hipóteses de Mortalidade Geral, Rotatividade e Entrada em Aposentadoria, sendo este resultado, portanto, de natureza conjuntural e também estrutural.

A Reserva de Contingência foi constituída conforme o disposto no parágrafo único do Artigo 7º na Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 10, de 19/12/2012.

### **5 - Plano de Custeio para o Exercício de 2014**

#### **Custos**

Para os benefícios de Auxílio-Doença e Auxílio-Reclusão, avaliados pelo método de “Repartição Simples”, o custo foi fixado com base no valor das despesas previstas para o próximo exercício.

O método atuarial Agregado, adotado para a apuração dos compromissos deste plano, prevê o redimensionamento periódico do plano de custeio, de forma que o valor presente das contribuições futuras corresponda à diferença entre os compromissos atuariais e os recursos garantidores.

Demonstramos a seguir os custos para o exercício:

<b>Custos</b>	<b>Estimativa Anual em reais em 31/12/2013</b>
- Patrocinadora	777.388
- Participantes Ativos (inclusive autopatrocinados)	907.303
- Participantes Assistidos	7.569.199
<b>Total</b>	<b>9.253.890</b>

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais estimados em 31/12/2013. Ressaltamos que durante o ano de 2014, os valores de contribuição em Reais poderão apresentar variações em função de aumento ou redução da folha de participação.

### **Contribuições**

As contribuições para o Plano Básico serão efetuadas com base nos seguintes níveis:

#### **Patrocinadora**

Contribuição normal de 4,07% da folha de salários dos participantes do Plano e Contribuição para cobertura de despesas administrativas de 0,63% da folha de salários dos participantes do Plano.

Durante o exercício, as Patrocinadoras poderão se utilizar dos recursos já existentes no Fundo Administrativo para custear as despesas administrativas operacionais do Plano.

#### **Grupos G0 e G1 - Participantes Ativos e Redutores**

Contribuição normal: contribuição escalonada com os seguintes percentuais: 1,95% sobre o salário de participação + 1,30% sobre o excesso do salário de participação sobre a metade do valor do teto do salário de benefício vigente, estabelecido pela Previdência Oficial + 4,55% sobre o excesso do salário de participação sobre o valor do teto do salário de benefício vigente, estabelecido pela Previdência Oficial.

#### **Grupo G2 - Participantes Ativos e Redutores**

Contribuição normal: contribuição escalonada com os seguintes percentuais: 1,63% sobre o salário de participação + 1,63% sobre o excesso do salário de participação sobre a metade do valor do teto do salário de benefício vigente, estabelecido pela Previdência Oficial + 4,39% sobre o excesso do salário de participação sobre o valor do teto do salário de benefício vigente, estabelecido pela Previdência Oficial.

#### **Participantes Autopatrocinados**

Além de realizarem as contribuições nos mesmos níveis dos participantes ativos, os participantes autopatrocinados arcarão também com a contribuição normal, nos mesmos moldes da contribuição de patrocinadora.

Neste exercício não haverá cobrança de despesa administrativa para os participantes autopatrocinados.

#### **Participantes em Benefício Proporcional Diferido**

Neste exercício não haverá cobrança de despesas administrativas para os participantes que optaram pelo instituto do BPD.

#### **Grupos G0 e G1 - Participantes Assistidos**

Contribuição de 9,75% da folha de benefícios.

#### **Grupo G2 - Participantes Assistidos**

Contribuição de 9,10% da folha de benefícios.

Há participantes assistidos que não fazem contribuição para o Plano, pois adquiriram tal direito com amparo na disposição contida no parágrafo 1º do art. 51, do Regulamento Básico, vigente à época, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, por meio da Portaria n.º 2.078, de 7 de abril de 1980. Certificamos que tal isenção não prejudica o custeio do Plano, por ser uma previsão regulamentar e já estar contemplada no dimensionamento dos compromissos deste Plano, desde o início da sua vigência.

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de abril de 2014.

### **6 - Conclusão**

Certificamos que o Plano Básico da Bandeprev – Bandepe Previdência Social está superavitário.

O valor do excesso do Patrimônio do Plano sobre o valor das Provisões Matemáticas foi utilizado para constituição da Reserva de Contingência, respeitados os parâmetros da legislação vigente.

São Paulo, 13 de março de 2014.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Luciana Corrêa Dalcanale

MIBA nº 973

## Plano Especial nº 1 de Aposentadoria Suplementar

### 1 - Introdução

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano Especial n.º 1 de Aposentadoria Suplementar (CNPB nº 1998.0059-92) mantido pela Bandeprev - Bandepe Previdência Social (CNPJ nº 11.001.963/0001-26), apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano referente às Patrocinadoras da Entidade em 31 de dezembro de 2013.

Conforme previsão regulamentar, este Plano destina-se a uma massa fechada de participantes, estando vedada a adesão de novos participantes após 28/12/2000, caracterizando-se como plano em extinção.

Registramos que não é do nosso conhecimento a existência de qualquer interesse financeiro direto ou interesse material indireto, ou ainda relação pessoal que poderia gerar conflito de interesses que viesse a prejudicar a objetividade e a imparcialidade deste trabalho.

### 2 - Perfil dos Participantes

A data base dos dados individuais relativos aos Participantes Assistidos utilizados no presente estudo foi 31/07/2013.

Esclarecemos que o cálculo das provisões matemáticas considera 100% da população que possui direito ao plano, com base em dados individuais da massa de participantes, não havendo, portanto, impactos relativos à margem de erro de amostragem aleatória nos resultados demonstrados.

#### Qualidade da Base Cadastral

Os dados individuais foram fornecidos pela Bandeprev à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Bandeprev a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas na tabela a seguir:

Aposentados	
Número	3
Idade Média (anos)	75,0
Benefício Mensal Médio em R\$	6.959

O Plano está fechado para novas adesões e sua população é composta exclusivamente por Participantes Assistidos.

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais posicionados em 31/07/2013, projetados para 31/12/2013, refletindo o conceito de pico e capacidade.

### 3 - Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo em longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também de caráter biométrico (taxa de mortalidade).

A seguir descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros <sup>(1)</sup>	4,0% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano <sup>(1)</sup>	0,0% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS <sup>(1)</sup>	0,0% a.a.
Fator de capacidade para os benefícios	0,98
Tábua de mortalidade geral	AT-2000, desagravada em 3 anos e segregada por gênero

(1) O indexador utilizado é o INPC do IBGE

### **Principais Riscos Atuariais**

Considerando que o Plano está estruturado na modalidade Benefício Definido, todas as hipóteses adotadas afetam os valores das provisões matemáticas, sendo que os principais riscos atuariais do plano estão concentrados na rentabilidade futura e na sobrevivência.

Informamos que, em atendimento à Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28/03/2006, e da Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012, foi elaborado pela Mercer estudo técnico de aderência das hipóteses e da adequação da hipótese de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamentos de benefícios.

Este estudo, elaborado por atuário habilitado e legalmente responsável pelo plano, foi apreciado pelo Conselho Deliberativo e pelo Conselho Fiscal da entidade, e está disponível na sede da Entidade para conhecimento de participantes e patrocinadores e apresentação ao órgão fiscalizador sempre que requisitado.

Para esta avaliação atuarial de encerramento de exercício, conforme recomendado no citado estudo técnico e homologado pelos dirigentes da Entidade e Patrocinador do Plano, não foi alterada nenhuma hipótese, com relação à avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2012.

### **Adequação dos Métodos de Financiamento**

O método atuarial adotado é o "Agregado" para a avaliação de todos os benefícios do Plano.

As Provisões Matemáticas são compostas apenas por Benefícios Concedidos e encontra-se integralmente coberta pelo Patrimônio para Cobertura do Plano, portanto, não haverá necessidade de aporte de contribuições durante o exercício de 2014.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em método atuarial geralmente aceito, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006, alterada pela Resolução CNPC nº 9/2012, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

### **4 - Posição das Provisões Matemáticas**

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor e com os totais dos Saldos de Contas individuais informados pela Bandeprev, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2013 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e de Investimentos fornecidos pela Bandeprev posicionados em 31/12/2013.

Conta	Nome	R\$
2.3.0.0.00.00.00	Patrimônio Social	5.096.083,26
2.3.1.0.00.00.00	Patrimônio de Cobertura do Plano	4.022.340,19
2.3.1.1.00.00.00	Provisões Matemáticas	3.168.889,00
2.3.1.1.01.00.00	Benefícios Concedidos	3.168.889,00
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	-
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	-
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	3.168.889,00
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	3.168.889,00
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	-
2.3.1.1.02.00.00	Benefícios a Conceder	-
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	-
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador/Instituidor	-
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participante	-
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	-
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	-
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	-
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	-
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.03.00.00	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	-
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	-
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador	-
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	-
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	-
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador	-
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes	-
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos	-
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) Patrocinador	-
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) Participantes	-
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) Assistidos	-
2.3.1.2.00.00.00	Equilíbrio Técnico	853.451,19
2.3.1.2.01.00.00	Resultados Realizados	853.451,19
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	853.451,19
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	792.222,25
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	61.228,94
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	-
2.3.1.2.02.00.00	Resultados a Realizar	-
2.3.2.0.00.00.00	Fundos	1.073.743,07
2.3.2.1.00.00.00	Fundos Previdenciais	890.347,28
2.3.2.1.01.00.00	Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	-
2.3.2.1.02.00.00	Revisão de Plano	890.347,28
2.3.2.1.02.01.00	Recursos Destinados em 2010	794.041,11
2.3.2.1.02.02.00	Recursos Destinados em 2011	96.306,17
2.3.2.1.03.00.00	Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	-
2.3.2.2.00.00.00	Fundos Administrativos	183.395,79
2.3.2.3.00.00.00	Fundos dos Investimentos	-

Os valores das provisões matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano Especial nº 1 de Aposentadoria Suplementar vigente em 31 de dezembro de 2013, aprovado pela Portaria nº 197, de 15/04/2013, publicada no DOU de 16/04/2013.

A alteração regulamentar aprovada no exercício de 2013 teve por objetivo viabilizar a distribuição dos valores constantes no Fundo Previdencial para Revisão de Plano – Recursos Destinados em 2011 aos Participantes Assistidos, em atendimento às disposições da Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, em particular a aplicação do artigo 23, da Subseção II, “Da Melhoria dos Benefícios”, e não impactou o resultado auferido pelo Plano no exercício.



Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado, assim como os valores registrados nos saldos das contas individuais, tendo se baseado na informação fornecida pela Bandeprev.

Em relação à estruturação das Provisões observamos ainda o que se segue:

- a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e ao pecúlio por morte do aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos).

#### **Variação nas Provisões Matemáticas**

A redução de 6,8% no valor das provisões matemáticas, de R\$ 3.400.251,48 em 31/12/2012 para R\$ 3.168.889,00 em 31/12/2013, está consistente com o pagamento de benefícios e retorno dos investimentos observados no período.

#### **Variação do Resultado**

O Plano em 31/12/2013 manteve sua situação superavitária, a despeito da rentabilidade real auferida pelos investimentos (2,5%) ter sido inferior à meta atuarial do Plano (9,8%), sendo este resultado, portanto, de natureza conjuntural.

A Reserva de Contingência foi constituída conforme o disposto no parágrafo único do Artigo 7º na Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 10, de 19/12/2012. O excesso do Superávit sobre a Reserva de Contingência foi destinado à constituição de Reserva Especial para Revisão do Plano.

#### **Constituição e Reversão de Fundos Previdenciais**

Certificamos que no exercício de 2014, a entidade poderá utilizar os valores alocados no Fundo Previdencial para Revisão de Plano – Recursos destinados em 2010, na forma homologada pela Diretoria Executiva da Bandeprev e aprovada pela Portaria PREVIC nº 260, de 22/05/2012, sem que haja impacto no equilíbrio financeiro do Plano, observando nas próximas avaliações atuariais, o nível mínimo da Reserva de Contingência, conforme previsto na Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 10, de 19/12/2012.

Informamos que a utilização dos recursos remanescentes alocados no Fundo Previdencial para Revisão de Plano – Recurso destinado em 2011 depende de definição pelo Conselho Deliberativo e Patrocinadores quanto a sua forma e prazo, sendo que, caso haja opção pela reversão de recursos aos Patrocinadores, prevista na Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 10, de 19/12/2012, será necessária a aprovação prévia da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, observando nas próximas avaliações atuariais, o nível mínimo da Reserva de Contingência, conforme previsto na Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 10, de 19/12/2012.

#### **5 - Plano de Custeio para o Exercício de 2014**

O Patrimônio para Cobertura do Plano em 31/12/2013 cobre integralmente as Provisões Matemáticas do Plano Especial n.º 1 e, portanto, não haverá aporte de contribuições durante o exercício de 2014.

As despesas administrativas do exercício serão cobertas integralmente pelo Fundo Administrativo constituído com este objetivo.

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de abril de 2014.

#### **6 - Conclusão**

Certificamos que o Plano Especial n.º 1 de Aposentadoria Suplementar, mantido pela Bandeprev - Bandepe Previdência Social, está superavitário.

A Reserva de Contingência foi constituída conforme o disposto no parágrafo único do Artigo 7º na Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 10, de 19/12/2012. O excesso do Superávit sobre a Reserva de Contingência foi destinado à constituição de Fundo Previdencial para Revisão do Plano.

São Paulo, 13 de março de 2014.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Luciana Corrêa Dalcanale  
MIBA nº 973

## Plano Especial nº 2 de Aposentadoria Suplementar

### 1 - Introdução

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano Especial n.º 2 de Aposentadoria Suplementar (CNPB nº 1998.0060-18) mantido pela Bandeprev - Bandepe Previdência Social (CNPJ nº 11.001.963/0001-26), apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano referente às Patrocinadoras da Entidade em 31 de dezembro de 2013.

Conforme previsão regulamentar, este Plano destina-se a uma massa fechada de participantes, estando vedada a adesão de novos participantes após 28/02/2001, caracterizando-se como plano em extinção.

Registramos que não é do nosso conhecimento a existência de qualquer interesse financeiro direto ou interesse material indireto, ou ainda relação pessoal que poderia gerar conflito de interesses que viesse a prejudicar a objetividade e a imparcialidade deste trabalho.

### 2 - Perfil dos Participantes

A data base dos dados individuais relativos aos Participantes Assistidos utilizados no presente estudo foi 31/07/2013.

Esclarecemos que o cálculo das provisões matemáticas considera 100% da população que possui direito ao plano, com base em dados individuais da massa de participantes, não havendo, portanto, impactos relativos à margem de erro de amostragem aleatória nos resultados demonstrados.

#### Qualidade da Base Cadastral

Os dados individuais foram fornecidos pela Bandeprev à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Bandeprev a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas nas tabelas a seguir:

Aposentados	
Número	20
Idade Média (anos)	71,8
Benefício Mensal Médio em R\$	3.362

O Plano está fechado para novas adesões e sua população é composta exclusivamente por Participantes Assistidos.

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais posicionados em 31/07/2013, projetados para 31/12/2013, refletindo o conceito de pico e capacidade.

### 3 - Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo a longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

A seguir descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros (1)	4,0% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano (1)	0,0% a.a.
Fator de capacidade para os benefícios	0,98
Tábua de mortalidade geral	AT-2000, desagravada em 3 anos e segregada por gênero

(1) O indexador utilizado é o INPC do IBGE

### Principais Riscos Atuariais

Considerando que o Plano está estruturado na modalidade Benefício Definido, todas as hipóteses adotadas afetam os valores das provisões matemáticas, sendo que os principais riscos atuariais do plano estão concentrados na rentabilidade futura e na sobrevivência.

Informamos que, em atendimento à Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28/03/2006, e da Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012, foi elaborado pela Mercer estudo técnico de aderência das hipóteses e da adequação da hipótese de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamentos de benefícios.

Este estudo, elaborado por atuário habilitado e legalmente responsável pelo plano, foi apreciado pelo Conselho Deliberativo e pelo Conselho Fiscal da entidade, e está disponível na sede da Entidade para conhecimento de participantes e patrocinadores e apresentação ao órgão fiscalizador sempre que requisitado.

Para esta avaliação atuarial de encerramento de exercício, conforme recomendado no citado estudo técnico e homologado pelos dirigentes da Entidade e Patrocinador do Plano, não foi alterada nenhuma hipótese, com relação à avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2012.

### Adequação dos Métodos de Financiamento

O método atuarial adotado é o "Agregado" para a avaliação de todos os benefícios do Plano.

As Provisões Matemáticas são compostas apenas por Benefícios Concedidos e encontra-se integralmente coberta pelo Patrimônio para Cobertura do Plano, portanto, não haverá necessidade de aporte de contribuições durante o exercício de 2014.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em método atuarial geralmente aceito, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006, alterada pela Resolução CNPC no 9/2012, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

### 4 - Posição das Provisões Matemáticas

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor e com os totais dos Saldos de Contas individuais informados pela Bandeprev, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2013 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e de Investimentos fornecidos pela Bandeprev posicionados em 31/12/2013.

Conta	Nome	R\$
2.3.0.0.00.00.00	Patrimônio Social	11.584.266,61
2.3.1.0.00.00.00	Patrimônio de Cobertura do Plano	10.579.078,33
2.3.1.1.00.00.00	Provisões Matemáticas	9.968.178,00
2.3.1.1.01.00.00	Benefícios Concedidos	9.968.178,00
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	-
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	-
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	9.968.178,00
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	9.968.178,00
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	-
2.3.1.1.02.00.00	Benefícios a Conceder	-
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	-
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador/Instituidor	-
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participante	-
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	-
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	-
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	-
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	-
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.03.00.00	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	-
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	-
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador	-
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	-
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	-
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador	-
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes	-
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos	-
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) Patrocinador	-
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) Participantes	-
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) Assistidos	-
2.3.1.2.00.00.00	Equilíbrio Técnico	610.900,33
2.3.1.2.01.00.00	Resultados Realizados	610.900,33
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	610.900,33
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	610.900,33
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	-
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	-
2.3.1.2.02.00.00	Resultados a Realizar	-
2.3.2.0.00.00.00	Fundos	1.005.188,28
2.3.2.1.00.00.00	Fundos Previdenciais	-
2.3.2.1.01.00.00	Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	-
2.3.2.1.02.00.00	Revisão de Plano	-
2.3.2.1.03.00.00	Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	-
2.3.2.2.00.00.00	Fundos Administrativos	1.005.188,28
2.3.2.3.00.00.00	Fundos dos Investimentos	-

Os valores das provisões matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano Especial nº 2 de Aposentadoria Suplementar vigente em 31 de dezembro de 2013, aprovado pelo Ofício nº 1879/SPC/GAB/COA, de 05 de novembro de 2002.

Não houve alteração regulamentar que gere impacto no resultado do Plano Especial nº 2 de Aposentadoria Suplementar no exercício de 2013.

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado, assim como os valores registrados nos saldos das contas individuais, tendo se baseado na informação fornecida pela Bandeprev.

#### **Variação nas Provisões Matemáticas**

O aumento de 4,5% no valor das provisões matemáticas, de R\$ 9.540.207,00 em 31/12/2012 para R\$ 9.968.178,00 em 31/12/2013, está consistente com a movimentação de participantes, o pagamento de benefícios e o retorno dos investimentos observados no período.

#### **Variação do Resultado**

O Plano em 31/12/2013 manteve sua situação superavitária, com redução no nível do superávit em comparação à avaliação atuarial de encerramento do exercício anterior, principalmente em razão da rentabilidade real auferida pelos investimentos (2,5%) ter sido inferior à meta atuarial do Plano (9,8%), sendo este resultado, portanto, de natureza conjuntural.

A Reserva de Contingência foi constituída conforme o disposto no parágrafo único do Artigo 7º na Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 10, de 19/12/2012.

#### **5 - Plano de Custeio para o Exercício de 2014**

O Patrimônio para Cobertura do Plano existente em 31/12/2013 cobre integralmente as Provisões Matemáticas do Plano Especial n.º 2 e, portanto, não haverá aporte de contribuições durante o exercício de 2014.

As despesas administrativas do exercício serão cobertas integralmente pelo Fundo Administrativo constituído com este objetivo.

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de abril de 2014.

#### **6 - Conclusão**

Certificamos que o Plano Especial n.º 2 de Aposentadoria Suplementar, mantido pela Bandeprev - Bandepe Previdência Social, está superavitário.

A Reserva de Contingência foi constituída conforme o disposto no parágrafo único do Artigo 7º na Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 10, de 19/12/2012.

São Paulo, 13 de março de 2014.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Luciana Corrêa Dalcanale

MIBA nº 973



## VI - PARECER DA DIRETORIA EXECUTIVA

---

Aos dezessete dias do mês de março de 2014, reuniram-se na sede da BANDEPREV – Bandepe Previdência Social, sito à Rua do Apolo, 91, Bairro e Cidade do Recife - PE, a Diretoria Executiva da BANDEPREV, nas pessoas de Maria Isolda Paurá Jardelino da Costa – Diretora Superintendente, Evandro Couceiro Costa Júnior - Diretor Financeiro e Antonio José Ferreira Filho – Diretor Administrativo. O Diretor de Seguridade Maurício de Souza Luna ausente por motivo de férias.

Após apreciar as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, compostas de: Balanço Patrimonial (consolidado), Demonstração do Ativo Líquido por Planos de Benefícios - DAL, Demonstração de Mutações do Patrimônio Social – DMPS (consolidada), Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por Planos de Benefícios - DMAL, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), Demonstração das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios - DPT e respectivas Notas Explicativas, e considerando ainda os Pareceres emitidos pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes e Mercer Human Resource Consulting (Pareceres Atuariais e DA`s Web dos Planos de Benefícios administrados pela BANDEPREV e respectivos Planos de Custeios para 2014), concluiu a Diretoria Executiva da BANDEPREV pela aprovação de todos os documentos citados acima.

MARIA ISOLDA PAURÁ JARDELINO DA COSTA  
Diretora Superintendente

MAURÍCIO DE SOUZA LUNA (Férias)  
Diretor de Seguridade

ANTONIO JOSÉ FERREIRA FILHO  
Diretor Administrativo

EVANDRO COUCEIRO COSTA JÚNIOR  
Diretor Financeiro

## VII - PARECER DO CONSELHO FISCAL

---

Aos vinte e cinco dias do mês de março de 2014, às 9h30, reuniram-se na sede da BANDEPREV- Bandepe Previdência Social, sito à Rua do Apolo, 91, Bairro e Cidade do Recife - PE, o Conselho Fiscal da BANDEPREV, nas pessoas de Eudes Carneiro Lins Filho – Presidente, Albérico José da Gama Branco, Maria do Rosário de Fátima Mascarenhas Calado e Aluizio Paz de Lira – Membros Efetivos.

Após apreciar as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, compostas de: Balanço Patrimonial (consolidado), Demonstração do Ativo Líquido por Planos de Benefícios - DAL, Demonstração de Mutações do Patrimônio Social – DMPS (consolidada), Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por Planos de Benefícios - DMAL, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), Demonstração das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios - DPT e respectivas Notas Explicativas, e considerando ainda os Pareceres emitidos pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes e Mercer Human Resource Consulting (Pareceres Atuariais e DA`s dos Planos de Benefícios administrados pela BANDEPREV e respectivos Planos de Custeios para 2014), concluiu o Conselho Fiscal pela aprovação de todos os documentos citados acima.

EUDES CARNEIRO LINS FILHO  
Presidente

ALBÉRICO JOSÉ DA GAMA BRANCO  
Membro Efetivo

ALUIZIO PAZ DE LIRA  
Membro Efetivo

MARIA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA MASCARENHAS CALADO  
Membro Efetivo

## VIII - PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

---

Aos trinta e um dias do mês de março de 2014, reuniram-se na sede da BANDEPREV - Bandepe Previdência Social, sito à Rua do Apolo, 91, Bairro e Cidade do Recife - PE, o Conselho Deliberativo da BANDEPREV, nas pessoas de Fernando Calheiros de Siqueira – Presidente, João Carlos Campos de Melo, José Cândido Neto, Maurílio de Souza Luna, Sérgio José de Lima Lemos e Agostinho Batista Crisóstomo. – Membros Efetivos. Registramos a ausência justificada, por motivo profissional, do Conselheiro Sérgio José de Lima Lemos.

Após apreciar as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, compostas de: Balanço Patrimonial (consolidado), Demonstração do Ativo Líquido por Planos de Benefícios - DAL, Demonstração de Mutações do Patrimônio Social – DMPS (consolidada), Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por Planos de Benefícios - DMAL, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), Demonstração das Provisões Técnicas dos Planos de Benefício – DPT e respectivas Notas Explicativas, e considerando ainda os Pareceres emitidos pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, Mercer Human Resource Consulting (Pareceres Atuariais e DA`s Web dos Planos de Benefícios administrados pela BANDEPREV e respectivos Planos de Custeios para 2014), pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Fiscal da BANDEPREV, concluiu o Conselho Deliberativo pela aprovação de todos os documentos citados acima, inclusive os referidos planos de custeios para 2014.

FERNANDO CALHEIROS DE SIQUEIRA  
Presidente

JOÃO CARLOS CAMPOS DE MELO  
Membro Efetivo

JOSÉ CÂNDIDO NETO  
Membro Efetivo

AGOSTINHO BATISTA CRISÓSTOMO  
Membro Efetivo

SÉRGIO JOSÉ DE LIMA LEMOS  
Membro Efetivo  
(Ausente)

MAURÍLIO DE SOUZA LUNA  
Membro Efetivo

## **IX - DEMANDAS JUDICIAIS**

---

O trabalho de prevenção de ações judiciais é ponto importante que dedicamos especial atenção, assim é que são os assistidos e participantes comunicados sistematicamente da movimentação dos processos movidos contra esta Entidade, através do informativo mensal intitulado “Bandeprev Notícias”, onde mantemos coluna mensal dedicada a transmitir tais informações.

Para consecução deste trabalho, desenvolvemos rotina interna a qual possibilita que, a elaboração das defesas administrativas ou judiciais, sejam realizadas com maior segurança de modo que se evite a condenação da Entidade ao pagamento de valores por falhas processuais ou contextuais.

Desse modo, dependendo do objeto da ação, principalmente as que tratam de temas novos ou que envolvam grande número de assistidos ou participantes, é contratado escritório especialista na matéria para elaboração de parecer, como também para orientar nas teses da defesa.

Apesar de ser responsabilidade do escritório de advocacia contratado acompanhar a tramitação da ação e bem assim cumprir os prazos determinados na legislação que rege o processo, a partir do protocolo da defesa, a Bandeprev realiza acompanhamento diário de tais processos através de serviço contratado com empresa especializada com esta finalidade, a qual envia diariamente, através de e-mail, aos diretores e coordenadores, despachos e decisões publicadas no Diário Oficial, do Estado de Pernambuco e da União, essas publicações são, também, disponibilizadas aos advogados contratados e funciona como duplo grau de controle, uma vez que eles (escritórios) dispõem de tais serviços realizados por outra empresa.

Prende-se esta nossa preocupação a formalidade existente nas regras processuais vigentes, relativamente a perda de prazos, situação esta que pode acarretar prejuízos imensuráveis ao patrimônio dos planos.

Quanto aos riscos relacionados com as demandas judiciais já instaladas, são esses uma preocupação constante da Bandeprev e objeto de adoção de medidas que visem sua eliminação, nesse sentido durante o exercício de 2013, foram criados novos procedimentos internos com o intuito de aperfeiçoar as rotinas já existentes, os quais seguem seqüenciadas:

I - o acompanhamento dos processos judiciais, cíveis ou trabalhistas, passou a ser quadrimestral, sendo os escritórios que prestam serviços jurídicos à Entidade instados a enviar nos meses de abril, setembro e dezembro, relatório circunstanciado, nos moldes do relatório anual, o qual contempla além da posição processual de cada um dos processos movidos contra a Fundação, indicam se as possibilidades de perda da ação são remotas ou possíveis, o resultado é analisado e subsidiará decisões internas quanto as provisões existentes.

II - Ainda, relativamente à análise da carteira dos processos cíveis e trabalhistas, com base nos relatórios anuais produzidos pelos escritórios terceirizados, no exercício de 2013, foi celebrado Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios com escritório local, com a finalidade de serem tais processos examinados à luz dos autos.

O trabalho foi concluído em janeiro de 2014, com a apresentação de relatório circunstanciado, o qual além de ter sido objeto de análise interna, como também foi apresentado ao Escritório Regional da Previc, como uma das nossas formas de controle de riscos, ponto de Recomendação daquele Órgão Fiscalizador e Orientador quando da elaboração do Relatório de Fiscalização nº 01/2013, datado de abril de 2013.

Relativamente ao estoque de processos existente, conforme informado no Bandeprev/Notícias que circulou no mês de dezembro de 2013, atingiu esse, o montante de 599, sendo 15 onde a Entidade figura como Demandante e 584 como Demandado, distribuídos da seguinte forma:

52 (cinquenta e duas) ações trabalhistas, das quais 22 encontram-se em fase de execução e as demais, ainda, em fase de conhecimento.

532 (quinhentos e trinta duas) ações cíveis, sendo que 485 referem-se a ações que questionam o índice da correção, devidos em decorrência dos planos econômicos editados pelo Governo Federal nas décadas de 80 e 90 e são movidas por ex-empregados do Banco do Estado de Pernambuco S/A - Bandepe, cujos contratos de trabalho foram rescindidos naquela época e que na ocasião realizaram saque de sua poupança previdencial.

A Bandeprev vem obtendo expressivo êxito no julgamento dessas ações, argüindo em sua tese de defesa a prescrição em face da edição da Súmula nº. 291 do STJ, a qual vem sendo acolhida inclusive nas ações julgadas nos Tribunais Superiores.

As 136 demais ações são as que não foram atingidas pelos efeitos da prescrição, uma vez ajuizadas quando vigente a Súmula 289 do STJ, e outras que postulam objetos diversos.

Com todos esses procedimentos a Bandeprev acredita que, não obstante o fato de buscar constante melhora em suas rotinas de trabalho, entende que utiliza e promove controles adequados ao porte da Entidade e nível de processos judiciais em que está envolvida.

## X - ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO DO PLANO ESPECIAL Nº 1 DE APOSENTADORIA SUPLEMENTAR

<b>REDAÇÃO ATUAL</b>	<b>REDAÇÃO PROPOSTA</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>
<p>Capítulo 1 – Da Finalidade Art. 1º (...) Parágrafo Único Os dispositivos deste Regulamento são complementares aos do Estatuto da BANDEPREV - BANDEPE PREVIDÊNCIA SOCIAL, doravante denominada simplesmente BANDEPREV.</p>	<p>Capítulo 1 – Da Finalidade Art. 1º (...) Texto excluído.</p>	<p>Exclusão do parágrafo único, com simplificação do texto regulamentar, sem impacto ou mudança de regras para o plano.</p>
<p>Capítulo 6 - Do Patrimônio do PLANO ESPECIAL Nº 1 (...) Art. 12 O Conselho Deliberativo deverá estabelecer política de investimentos do fundo financeiro constituído pelo INSTITUIDOR para o PLANO ESPECIAL Nº 1 visando buscar uma taxa de retorno de investimentos, no mínimo, equivalente à taxa máxima de juro real estabelecida pela autoridade governamental competente.</p>	<p>Capítulo 6 - Do Patrimônio do PLANO ESPECIAL Nº 1 (...) Art. 12 O Conselho Deliberativo deverá estabelecer política de investimentos do PLANO ESPECIAL Nº 1 visando buscar uma taxa de retorno de investimentos, no mínimo, equivalente à meta atuarial do Plano estabelecida no plano de custeio anual. A meta atuarial deverá respeitar a taxa máxima de juro real estabelecida pela autoridade governamental competente.</p>	<p>Atualização do dispositivo, com a finalidade de compatibilizar os limites da taxa de retorno de investimentos à meta atuarial, não havendo impacto para os direitos dos participantes.</p>
<p>Capítulo inexistente.</p>	<p>Capítulo 9 - Destinação e Utilização da Reserva Especial  Art. 22 - O disposto neste Capítulo será aplicado para todas as destinações e utilizações de reservas especiais do PLANO ESPECIAL Nº 1, sejam elas voluntárias ou obrigatórias.  Art. 23 - A reserva especial constituída para a revisão do PLANO ESPECIAL Nº 1 será integralmente destinada após decorridos três exercícios da sua constituição, ou, no caso de ter havido revisão voluntária, o seu saldo remanescente.  Art. 24 - Observados os critérios previstos na legislação aplicável e neste Capítulo, o Conselho Deliberativo da BANDEPREV disciplinará as medidas, os prazos, os valores e as condições aplicáveis à destinação e utilização da reserva especial constituída para revisão do PLANO ESPECIAL Nº 1, baseando-se, também, nos registros contidos em Parecer Atuarial específico elaborado pelo Atuário responsável pelo PLANO ESPECIAL Nº 1, assim como na Nota Técnica Atuarial, quando aplicável.  Parágrafo 1º - As deliberações tomadas acerca de cada destinação de reserva especial específica serão amplamente divulgadas pela BANDEPREV aos Participantes do PLANO ESPECIAL Nº 1, visando o esclarecimento dos critérios específicos adotados em cada oportunidade.  Parágrafo 2º - O Parecer Atuarial e a Nota Técnica a que se refere o "caput" deste artigo deverão explicitar os exercícios a que se refere cada destinação ou utilização e observar as previsões contidas na legislação aplicável vigente e neste Capítulo, em especial no que diz respeito às formas de revisão do PLANO ESPECIAL Nº 1, levando-se em conta, para tanto, a proporção contributiva referida no Parágrafo 3º subsequente e a modalidade em que se estrutura o Plano.</p>	<p>Inclusão de capítulo para disciplinar a destinação e utilização de reserva especial, nos termos do disposto na Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008.</p>

Parágrafo 3º - Considerando-se que o PLANO ESPECIAL Nº 1 não conta, nem jamais contou ou contará, com o aporte de contribuições de Participantes, a proporção contributiva a ser considerada para as destinações ou utilizações de reserva especial, será sempre de 100% (cem por cento) em favor da Patrocinadora.

Art. 25 - Para os fins deste Capítulo, o termo “Participante” refere-se à massa fechada de Participantes e Beneficiários em gozo de benefício do PLANO ESPECIAL Nº 1, conforme disposto nas alíneas (b) e (c) do artigo 3º, deste Regulamento.

Art. 26 - Considerando-se a proporção contributiva indicada no parágrafo 3º do artigo 24, o montante da reserva especial objeto da destinação será, como regra geral, atribuível à Patrocinadora. Entretanto, em que pese a referida proporção contributiva, observada a legislação de regência, a destinação e utilização da reserva especial poderá considerar a alocação de valores em favor dos Participantes, desde que haja prévia anuência da Patrocinadora.

Parágrafo Único - A reserva especial constituída para a revisão do PLANO ESPECIAL Nº 1 a ser utilizada conforme previsto no artigo 28 terá o seu valor distribuído em fundos previdenciais específicos, atribuídos, separadamente, para Patrocinadora e Participantes, conforme o caso.

Art. 27 - A parcela da reserva especial atribuível, de forma global, aos Participantes, quando for o caso, será rateada entre estes, proporcionalmente às respectivas reservas matemáticas individuais, observando-se tratamento isonômico entre eles.

Art. 28 - A utilização da reserva especial constituída para a revisão do PLANO ESPECIAL Nº 1, quando incluir alocação de valores em favor dos Participantes, dar-se-á, no valor que lhes for atribuível, por meio de um abono extraordinário, na forma de prestação única, exigível no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data da deliberação do Conselho Deliberativo, indicada no artigo 24.

Parágrafo 1º - Na hipótese de falecimento do Participante, no período entre a data base da destinação da reserva especial referida no artigo 29 e a sua efetiva utilização, os valores a ele atribuíveis serão pagos ao Beneficiário supérstite. Inexistindo Beneficiário, tais valores permanecerão no Plano, sendo revertidos para o fundo previdencial previsto no Parágrafo Único, do artigo 26, atribuível à Patrocinadora.

Parágrafo 2º - O abono extraordinário ora previsto terá caráter transitório e não se integrará, sob qualquer hipótese, ao benefício de renda mensal.

Art. 29 - Para enquadramento na respectiva categoria, assim como para definição do valor atribuível individualmente a cada Participante, quando for o caso, serão considerados os seus respectivos dados na data de encerramento do último exercício que precedeu a destinação, doravante referida como data base, observados os valores registrados no Parecer Atuarial específico mencionado no artigo 24.

Art. 30 - Sem prejuízo do disposto no artigo 32, que prevê a hipótese de reversão dos fundos previdenciais, o valor atribuível a cada Participante, individualmente, quando for o caso, será fixado em reais, valor esse que será atualizado pela rentabilidade líquida, positiva ou negativa, auferida pela Entidade nos investimentos do PLANO ESPECIAL Nº 1, da data base da destinação até o mês que preceder o efetivo pagamento.

Art. 31 - Os valores alocados nos fundos previdenciais a que se refere o Parágrafo Único do artigo 26 serão atualizados pela rentabilidade líquida, positiva ou negativa, auferida pela Entidade nos investimentos do PLANO ESPECIAL Nº 1.

Art. 32 - Caso o montante alocado como reserva de contingência se torne inferior ao patamar de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das reservas matemáticas do Plano, tal como legalmente previsto, haverá a imediata interrupção da utilização da reserva especial, hipótese em que os fundos previdenciais indicados no Parágrafo Único do artigo 26, à medida do necessário, revertidos para a recomposição da reserva de contingência ao patamar de 25% (vinte



	<p>e cinco por cento) aqui referido, extinguindo-se, automaticamente, os direitos de Patrocinadora e Participantes em relação aos valores revertidos e não usufruídos até então.</p> <p>Art. 33 - Observada a legislação de regência, a destinação da reserva especial por meio da reversão de valores, quando este for o caso, estará condicionada à prévia aprovação da autoridade governamental competente.</p>	
<p>Capítulo 9 – Das Disposições Transitórias Art. 22</p> <p>Os efeitos das alterações efetuadas neste Regulamento, aprovadas pelo Conselho Deliberativo em reunião conjunta com a Diretoria Executiva, que resultaram na criação dos Benefícios de Pecúlio por Morte e de Pensão por Morte, estarão condicionados e vinculados à aprovação, pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, da proposta de destinação da Reserva Especial, aprovada no mesmo ato pelos referidos órgãos estatutários.</p>	<p>Item excluído.</p>	<p>Exclusão do artigo por tratar de situação já superada, cuja finalidade era apenas disciplinar situação transitória, sem impacto ou mudança de regras para o plano.</p>



**Bandeprev**

**Bandepe Previdência Social**

CNPJ: 11.001.963/0001-26

Sede Social: Rua do Apolo, 91 - Bairro do Recife

Recife - PE - Fone: (81) 3419.4600

E-mail: [bandeprev@bandeprev.com.br](mailto:bandeprev@bandeprev.com.br)

Site: [www.bandeprev.com.br](http://www.bandeprev.com.br)

